



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:** 5840/2026

**MODALIDADE:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2026

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a realização da prestação dos serviços de manutenção corretiva e fornecimento de peças e acessórios originais ou genuínos referente a aparelhos ar condicionado dentre 9.000 a 60.000 BTUs nos modelos inverter, split, janela e piso teto alocados nos prédios públicos do Município de Mata de São João/Ba, sendo o fundo municipal de assistência social a ser custeado com Recurso Federal (PSB/FNAS/MDS E BLOCO IGD-PBF/FNAS/MDS) e recurso próprios.

**DATA DA LICITAÇÃO:** 18 de maio de 2026

**LIMITE DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** até 18 de maio de 2026 às 08h59min.

**INÍCIO DA SESSÃO:** 09h:00min.

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** O Pregão será realizado em sessão pública online por meio de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, através do site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

**BASE LEGAL:** Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 714/2023, de 31 de outubro de 2023, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal n. 257 de 25 de maio de 2022 e Decreto Municipal nº. 454/2024 de 05 de julho de 2024 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**PARTICIPAÇÃO:** AMPLA

<b>UNIDADE SOLICITANTE:</b> SEOSP – Secretaria de Obras e Serviços Públicos.	<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO:</b> MAIOR DESCONTO POR ITEM (2 ITENS)
<b>MODO DE DISPUTA:</b> ABERTO	<b>PARTICIPAÇÃO:</b> AMPLA
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO:</b> R\$1.451.150,80 (um milhão e quatrocentos e cinquenta e um mil e cento e cinquenta reais e oitenta centavos)	<b>PRAZO DE VALIDADE DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:</b>  12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133/2021.
<b>REQUISITOS ESPECÍFICOS DA HABILITAÇÃO:</b>  A Licitante deverá comprovar que possui em seu quadro de funcionários, o profissional de nível técnico ou superior, com formação em Engenharia Mecânica, Técnico em mecânica, Técnico em Eletromecânica ou um Mecânico em Refrigeração e Ar Condicionado; O (s) profissional (is) indicado (s) deverá (ão) pertencer ao quadro permanente da licitante na data da entrega da proposta, entendendo-se como tal: • O sócio, mediante comprovação no contrato/estatuto social; • O administrador ou diretor; • O empregado registrado em CTPS; • O prestador de serviços, mediante contrato regido pela legislação civil, ou, ainda, mediante declaração de compromisso de vinculação contratual futura, válida caso a licitante seja vencedora do certame	<b>VISITA TÉCNICA:</b>  ( ) Obrigatória (X) Facultativa ( ) Não se aplica  <b>Obs.: A empresa que se interesse em comparecer a visita técnica deverá encaminhar e-mail para esclarecimentos.seosp@gmail.com ou agendar por telefone 71 3635-1310.</b>  <b>A visita técnica deverá ser realizada com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data prevista no edital de licitação para a abertura das propostas.</b>

**1. PREÂMBULO**

**1.1.** A Prefeitura Municipal de Mata de São João, torna público que realizará licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo **MAIOR DESCONTO POR ITEM**, por meio do site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), regida pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 714/2023, de 31 de outubro de 2023 (quando couber), Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal n. 257 de 25 de maio de 2022 e Decreto Municipal nº. 454/2024 de 05 de julho de 2024.e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e anexos

**1.2.** Na hipótese de decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data mencionada no item 1.1, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

**1.3.** Somente poderão participar da Sessão Pública, etapa de lances, as empresas que apresentarem Propostas através do *site* descrito no item 1.1.

**2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)





**2.1.** O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

**2.2.** Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Pregoeiro(a) responsável, ou por seu suplente, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema da LICITANET, observados os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional disponível no sítio eletrônico em [https://portal.licitanet.com.br/no menu ajuda/manuais](https://portal.licitanet.com.br/no%20menu%20ajuda/manuais) ou pelo telefone (34)2512-6500 opção 2.

### 3. OBJETO

**3.1.** Constitui o **objeto** da presente licitação a Contratação de empresa especializada para a realização da prestação dos serviços de manutenção corretiva e fornecimento de peças e acessórios originais ou genuínos referente a aparelhos ar condicionado dentre 9.000 a 60.000 BTUs nos modelos inverter, split, janela e piso teto alocados nos prédios públicos do Município de Mata de São João/Ba, sendo o fundo municipal de assistência social a ser custeado com Recurso Federal (PSB/FNAS/MDS E BLOCO IGD-PBF/FNAS/MDS) e recurso próprios.

**3.2.** No caso de divergência entre a especificação contida neste edital e na plataforma da LICITANET, prevalecerá a descrita neste edital.

### 4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

**4.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente cadastrado na plataforma da LICITANET, podendo ser realizado através do site <https://www.licitanet.com.br/fornecedor> ou pelo telefone (34) 2512-6500 opção 2.

**4.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**4.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**4.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**4.5.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

**4.6.** Não poderão disputar esta licitação:

**4.6.1.** empresas em consórcio, observando, para tanto, a disposição do art. 122, §3º da Lei 14.133/2021.

**4.6.2.** empresas que possuam restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

**4.6.3.** empresas que estejam sob concordata ou falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

**4.6.4.** empresas que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Prefeitura de Mata de São João e/ou quaisquer outros órgãos/entidades deste Município, desde que o ato tenha sido publicado no Diário do Município;

**4.6.5.** empresas estrangeiras que não funcionem no País;

**4.6.6.** empresas que possuam participação direta ou indireta de sócios, diretores ou responsáveis técnicos que tenham vínculo empregatício com esta Prefeitura.

**4.6.7.** Não será admitida a atuação de um único representante legal para duas ou mais empresas.

**4.6.8.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**4.6.9.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Instrumento Contratual, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**4.6.10.** pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**4.6.11.** agente público do órgão ou entidade licitante;

**4.6.12.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do Instrumento Contratual agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.





**4.7.** As microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP) poderão se beneficiar do tratamento diferenciado e favorecido em licitações previsto na Lei Complementar nº 123/2006, desde que não se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no parágrafo 4º do seu art. 3º.

**4.7.1** A comprovação de que trata o subitem **4.7**, quanto à condição de microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP), será realizada quando da entrega dos documentos de habilitação, pela licitante detentora do melhor lance ou proposta, através desse documento:

- a) Certidão simplificada da junta comercial.

## 5. CREDENCIAMENTO E ACESSO AO SISTEMA LICITANET

**5.1.** Somente poderão participar deste Pregão Eletrônico, via internet, toda e qualquer Pessoa Jurídica cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>

**5.1.1.** Os licitantes interessados deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

**5.1.2.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <https://licitanet.com.br/>.

**5.1.3.** O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do(a) licitante, ou de seu(ua) representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

**5.2.** O uso da senha de acesso pelo(a) licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu (ua) representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou ao Município de Mata de São João/BA, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

**5.2.1.** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

**5.3.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o(a) licitante às sanções previstas e no art. 49 do Decreto Federal nº 10.024/2019.

**5.6.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à licitação.

**5.8.** A licitante responsabiliza-se formalmente por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Mata de São João/BA por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**5.9.** Constitui exclusiva responsabilidade da licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, assumindo o ônus da perda de negócios decorrente da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**5.10.** Para participar deste Pregão Eletrônico, o(a) licitante deverá estar credenciado no Sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site <https://licitanet.com.br/>.

**5.11.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema.

**5.12.** O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal do(a) licitante ou de seu(ua) representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

**5.13.** O(A) licitante que deixar de assinalar o campo da **Declaração de ME/EPP** não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Sociedade Cooperativa.

**5.14.** O(A) licitante deverá encaminhar por meio do Sistema, junto com os documentos de habilitação, a Declaração de Enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP).

**5.15.** O(A) licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu(ua) representante, excluída a responsabilidade do provedor do Sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

## 6. DO CADASTRO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA NO SISTEMA ELETRÔNICO

**6.1.** Os(As) licitante(s) encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico (<https://licitanet.com.br/>), proposta com a descrição detalhado do objeto ofertado, incluindo quantidade, preço e a marca (conforme solicita o sistema), até a data e o horário





limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília. A proposta a ser encaminhada por meio do Sistema poderá obedecer ao modelo do Anexo IV deste Edital.

**6.1.1.** A licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

**6.2.** Como requisito para a apresentação da proposta, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei Federal nº 14.133/2021:

**6.2.1.** o cumprimento dos requisitos para a habilitação;

**6.2.2.** a conformidade de sua proposta com as exigências deste edital;

**6.2.3.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**6.2.4.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**6.2.5.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**6.3.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.3.1.** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**6.3.2.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**6.4.** A falsidade da declaração de que trata o item 6.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**6.5.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**6.6.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**6.7.** Em sua **proposta eletrônica**, a licitante deverá:

**6.7.1.** informar o preço unitário do(s) lote (s), para o(s) qual(is) pretende concorrer, de acordo com o Anexo I.

**6.7.1.1.** Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado será irrevogável e constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimos nos preços, a qualquer título.

**6.7.2.** evitar a aposição de sinal ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação da licitante antes do encerramento da etapa de lances, sob pena de desclassificação.

**6.8.** A licitante ainda poderá, no momento do cadastramento da proposta eletrônica, parametrizar o seu valor final mínimo, obedecendo as seguintes regras:

**6.8.** A licitante ainda poderá, no momento do cadastramento da proposta eletrônica, parametrizar o seu maior desconto, obedecendo as seguintes regras:

**6.8.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

**6.8.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o 6.8.1;

**6.8.3.** o desconto poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pela licitante no sistema;

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E FASE DE ENVIO DE LANCES**

**7.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.





**7.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**7.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**7.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do desconto consignado no registro.

**7.5.** O lance deverá ser ofertado pelo maior percentual de desconto por lote.

**7.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**7.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema. (percentual)

**7.8.** O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser o indicado pelo Pregoeiro no sistema Licitanet.

**7.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

**7.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “aberto”, portanto os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**7.10.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**7.10.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**7.10.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**7.10.4.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**7.11.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de desconto

**7.12.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo percentual prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**7.13.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do percentual do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**7.14.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o desconto de sua proposta.

**7.15.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**7.15.1.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**7.16.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**7.16.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**7.16.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em desconto superior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**7.16.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**7.16.4.** No caso de equivalência dos percentuais apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.







7.17. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.17.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.17.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.17.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.17.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.18. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.18.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.18.2. empresas brasileiras;

7.18.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.18.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer abaixo do percentual definido pela Administração.

7.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.20. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.20.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.22. Quando comparecer uma única licitante ou houver apenas uma proposta válida, caberá ao(a) Pregoeiro(a) verificar a aceitabilidade do preço ofertado, podendo negociar condições mais vantajosas.

## 8. DO ENVIO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do percentual final em relação ao estimado para a contratação.

8.2. A licitante provisoriamente vencedora (arrematante) deverá enviar a **proposta final** escrita por meio do sistema eletrônico, no prazo de 2 (duas) horas subsequente ao da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema, prorrogável por igual período, por solicitação justificada da licitante ou de ofício pelo(a) Pregoeiro(a) quando constatada a insuficiência do prazo estabelecido.

8.2.1. o conteúdo da **Proposta de Preços Escrita** deverá dispor:

1. A proposta de preços deverá conter oferta firme e precisa, sem alternativas de percentual/desconto ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
2. A proposta de preços deverá conter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.
3. A proposta de preços deverá conter quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos incorretamente cotados ou omitidos da Proposta de Preço serão considerados como inclusos no percentual ofertado, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os respectivos produtos ser disponibilizados à Prefeitura Municipal de Mata de São João sem quaisquer ônus adicionais.
4. A apresentação da Proposta Comercial implica na aceitação plena e total das condições deste Edital, sujeitando o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº. 14.133/2021.
5. **A licitante deverá apresentar assim que for solicitado pela pregoeira as seguintes declarações:**



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)





6. **DECLARAÇÃO**, em papel timbrado do licitante, assinada pelo responsável legal da empresa que **no percentual de desconto estão incluídas todas as parcelas relativas aos serviços**, mão-de-obra, encargos trabalhistas, frete, seguro, embalagem, taxas, impostos e demais encargos incidentes, constituindo-se, portanto, na única remuneração devida pelo contratante para execução completa do instrumento contratual;
7. **DECLARAÇÃO**, em papel timbrado do licitante, assinada pelo responsável legal da empresa, **que os serviços atendem todas as exigências do Edital relativas à especificação e características, inclusive técnicas**;
8. **DECLARAÇÃO**, indicando **do(s) nome(s), cargo ou função, número(s) do CPF e da Identidade (indicar o órgão emissor) e endereço do(s) representante(s) da empresa que assinará (ão) o Instrumento Contratual**, na forma estabelecida no Contrato Social ou Estatuto da proponente;
9. **DECLARAÇÃO** informando **número da Agência, número da Conta Corrente e Instituição Financeira (Banco)**, cuja titularidade seja da empresa licitante, onde deverão ser efetuados os pagamentos, caso venha a ser Vencedora da Licitação;
10. **DECLARAÇÃO** informando **endereço eletrônico (e-mail) para fim exclusivo de comunicação entre as partes**, dispensando-se comunicação mediante correspondência física, se responsabilizando pela manutenção e funcionamento do endereço eletrônico fornecido;
11. **DECLARAÇÃO**, sob as penas da Lei, de que **inexistem quaisquer fatos impeditivos da sua habilitação**;
12. **DECLARAÇÃO** de que **não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº. 9.854/99)**.
13. **DECLARAÇÃO** formal e expressa do Licitante devidamente assinada por um de seus responsáveis, informando que **entre seus diretores, gerentes, sócios e demais profissionais não figuram servidores ou dirigentes de órgão ou entidade da Prefeitura Municipal de Mata de São João**.

**8.2.1.1.** Apresentar juntamente a sua proposta de preço uma planilha de todos os custos envolvendo o referido serviço, conforme modelo de tabela abaixo:

Descrição	PERCENTUAL
SERVIÇOS/ MÃO DE OBRA	
MATERIAIS DE CONSUMO/ INSUMOS	
EQUIPAMENTOS	
FRETE	
TRIBUTOS	
OUTROS *	
PERCENTUAL TOTAL	100%

**8.3.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas das licitantes convocadas para sua apresentação, após a fase de envio de lances.

**8.4.** O(a) pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

**8.4.1.** As consultas realizar-se-ão em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.

**8.4.2.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado, por falta de condição de participação.

**8.5.** Será **desclassificada** a proposta que:

- 8.5.1.** conter vícios insanáveis;
- 8.5.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no edital;
- 8.5.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.5.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.5.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**8.6.** Para a aquisição de bens é indício de inexequibilidade valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração Pública, a qual só será declarada após diligência que comprove que o custo ultrapassa o valor da proposta e que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta, garantida manifestação do licitante.

**8.7.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro(a) através do sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.





**8.8.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**8.9.** Encerrada a fase de julgamento, após a verificação de conformidade das propostas, o(a) Pregoeiro(a) verificará a documentação de habilitação das licitantes conforme disposições do Item 9.

## **9. DA HABILITAÇÃO**

**9.1.** Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

**9.1.1.** O cumprimento dos requisitos de habilitação e a validade dos documentos serão averiguados relativamente à data de sua apresentação, após solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema.

**9.1.2.** Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados em formato digital apenas pela licitante provisoriamente vencedora (arrematante), por meio do sistema eletrônico, preferencialmente de forma ordenada sequencialmente por item de habilitação, de modo a facilitar sua análise, **no prazo de até 02 (duas) horas subsequente ao da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema.**

**9.1.3.** A documentação de habilitação poderá ser apresentada em original, por cópia ou por publicação em órgão de imprensa oficial, ou ainda, extraídos via internet, sujeitos à consulta e aceitação condicionada à verificação de veracidade via internet.

**9.1.4.** Para efeito de validade dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista e certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial, se outro prazo não constar de ato normativo ou do próprio documento, será considerado o período de **90 (noventa) dias após sua emissão.**

**9.2.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a sua substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

**9.2.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; ou

**9.2.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas escritas.

**9.2.3.** Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, acessível às licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**9.2.4.** A omissão na documentação ou a documentação apresentada com data de validade vencida, quando passíveis de serem saneadas mediante consulta gratuita a sítio oficial na internet e, as meras declarações das licitantes, constituem falhas formais. Nestas hipóteses, o(a) Pregoeiro(a) poderá suprir de ofício a falha, juntando a documentação obtida em diligência nos autos do processo.

**9.2.5.** A vedação à inclusão de novo documento não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pela licitante (condição preexistente) quando apresentou sua proposta, que não foi juntado, por equívoco ou falha, com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta.

**9.3.** O(a) Pregoeiro(a) poderá, sob o amparo do que estabelece o art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, exigir que a licitante apresente Nota Fiscal comprobatória do fornecimento indicado em atestados de qualificação técnica por ela apresentados. A falta de comprovação sujeita o responsável às penalidades estabelecidas neste instrumento convocatório.

**9.4.** Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão apresentar toda documentação de habilitação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que tenham alguma restrição.

**9.4.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Municipal, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil após a data em que for declarado vencedor, para regularização dos documentos.

**9.4.2.** A não regularização dos documentos no prazo estabelecido implicará a decadência do direito à contratação e a adoção dos procedimentos especificados no subitem 13 deste edital.

**9.5.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação das licitantes convocadas para sua apresentação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem 9.2.

**9.6.** Constituem motivos para INABILITAÇÃO da licitante, após esgotadas as possibilidades de saneamento nos termos do disposto no subitem 9.2:

**9.6.1.** A não apresentação da documentação exigida para habilitação;

**9.6.2.** A apresentação de documentos com prazo de validade vencido, na data fixada para apresentação da proposta eletrônica;

**9.6.3.** A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

**9.6.4.** A apresentação de documentos que contenham informações inverídicas;







**9.6.5.** A mesclagem de documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista de estabelecimentos diversos, exceto prova de regularidade para com a Fazenda Federal conjunta com a Seguridade Social (INSS), para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e para com a Justiça do Trabalho (CNDT);

**9.6.6.** O não cumprimento dos requisitos de habilitação;

**9.6.7.** O não atendimento às diligências, quando solicitadas, dentro do prazo estabelecido.

**9.7.** Dos documentos que compõem a habilitação:

**9.7.1. Habilitação Jurídica:**

- a) registro comercial no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social Consolidados, em vigor devidamente registrado no Órgão Competente, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresas ou sociedades estrangeiras em funcionamento no País;
- e) Apresentação de documentação do representante legal (documento de identificação, com foto) com poderes específicos para assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

**9.7.2. Habilitações Fiscal, Social e Trabalhista:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Tributos e Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal, sendo as duas últimas do domicílio ou sede do licitante;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, através de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;
- e) Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação da Certidão de Débitos Trabalhistas (CDT).
- f) Com referência à comprovação de Regularidade Fiscal, serão observadas as determinações constantes na Lei Complementar Federal Nº 123/06.

**9.7.3. Da Qualificação Técnica:**

- 9.7.3.1.** Comprovação através da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado de que atua no ramo de atividade do fornecimento do objeto desta licitação e de que cumpriu, ou vem cumprindo, integralmente e de modo satisfatório o Contrato anteriormente mantido com o emitente do atestado.
- 9.7.3.2.** A Licitante deverá comprovar que possui em seu quadro de funcionários, o profissional de nível técnico ou superior, com formação em Engenharia Mecânica, Técnico em mecânica, Técnico em Eletromecânica ou um Mecânico em Refrigeração e Ar Condicionado;
- 9.7.3.3.** O (s) profissional (is) indicado (s) deverá (ão) pertencer ao quadro permanente da licitante na data da entrega da proposta, entendendo-se como tal:
  - O sócio, mediante comprovação no contrato/estatuto social;
  - O administrador ou diretor;
  - O empregado registrado em CTPS;
  - O prestador de serviços, mediante contrato regido pela legislação civil, ou, ainda, mediante declaração de compromisso de vinculação contratual futura, válida caso a licitante seja vencedora do certame
- 9.7.3.4.** Caso o (s) responsável (is) técnico (s) não seja (m) o (s) responsável (is) técnico (s) legalmente vinculado (s) à empresa, a licitante deverá declarar e comprovar formalmente o vínculo existente com o (s) profissional (is), seja ele societário, empregatício ou contratual.
- 9.7.3.5.** Durante a execução contratual, caso haja necessidade de substituição do (s) profissional (is) indicado (s), a CONTRATADA deverá apresentar documentação comprobatória de experiência equivalente ou superior, acompanhada de declaração individual do novo profissional, autorizando sua inclusão como responsável técnico e comprometendo-se a participar da execução dos trabalhos, ficando a substituição sujeita à aprovação da Administração.

**9.7.4. Da Qualificação Econômico-Financeira:**

a) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos **02 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis, na forma da lei, comprovando a boa situação financeira da licitante, podendo ser atualizado por índices oficiais na hipótese de encerrados a mais de 3 (três) meses da data de sua apresentação, **vedada** a substituição por Balancetes e Balanços provisórios.



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)





a.1) Quando da apresentação de balanço patrimonial físico na forma da lei, a comprovação da Qualificação Econômico Financeira deve ser da seguinte forma:

- Balanço patrimonial dos **02 (dois) últimos exercícios sociais**;
- Demonstração de Resultado dos Exercícios;
- Assinado pelo contador e representante legal da empresa;
- Termo de Abertura e do Termo de Encerramento do Livro Diário;
- Registrado na Junta Comercial.

a.2) Quando da apresentação de balanço patrimonial digital na forma da lei, a comprovação da Qualificação Econômico Financeira deve ser da seguinte forma:

- Balanço patrimonial dos **02 (dois) últimos exercícios sociais**;
- Demonstração de Resultado dos Exercícios;
- Assinado digitalmente pelo contador e representante legal da empresa;
- Termo de Abertura e do Termo de Encerramento do Livro Diário;
- Recibo emitido pelo sistema público.

- 9.7.4.1.** Os Itens acima indicados não se aplicam ao MEI - Micro Empreendedor Individual, logo dispensados de tais requisitos, conforme o disposto na Lei nº 10.406/2002, arts. 970 e 1.179, §2º, que assegura tratamento favorecido ao mesmo.
- 9.7.4.2.** A empresa licitante que ainda não tenha completa do seu primeiro ano de exercício fiscal, terá sua capacidade econômico-financeira comprovada por meio da apresentação do Balanço de Abertura devidamente registrado na Junta Comercial.
- 9.7.4.3.** Os documentos referidos item 9.7.4 "a" limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 9.7.5.** Apresentar **Certidão de concordata e falência**, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, devidamente válida à data da sessão.
- 9.7.6.** Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- 9.7.6.1.** Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve a licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.
- 9.7.6.2. Para o caso de empresas em recuperação judicial:** Ter ciência de que no momento do Instrumento Contratual deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a LICITANTE está cumprindo o plano de recuperação judicial;
- 9.7.6.3. Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial:** estar ciente de que no momento da assinatura do Instrumento Contratual deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.
- 9.7.7.** O Certificado de Registro Cadastral – CRC (do Estado da Sede da Licitante), devidamente atualizado, emitido até 90 (noventa) dias antes da data da licitação, **substitui** os documentos indicados nos subitens 9.7.1 ("a" à "d") à 9.7.2 "a".
- 9.7.8.** O Certificado de Registro Cadastral – CRC (do Estado da Sede da Licitante), devidamente atualizado, substituirá o Atestado solicitado no subitem 9.7.3, caso o objeto da licitação esteja contemplado nos Códigos das Famílias de Materiais ou Serviços para os quais a empresa está apta a fornecer.
- 9.7.9. Na apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC (do Estado da Sede da Licitante) em substituição ao subitem 9.7.3, poderá ser solicitado documentos complementares para verificação da similaridade do objeto da licitação com o atestado.**
- 9.8.** Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

#### OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

**1) Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, indicando o número do CNPJ e endereço, respectivos:**

- 1.1.** Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou
- 1.2.** Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

#### 10. DOS RECURSOS

**10.1.** Dos atos da Administração decorrentes desta licitação cabem:





#### 10.1.1. recurso hierárquico em face de:

- a) julgamento das propostas;
- b) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) extinção do contrato (caso firmado), quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

#### 10.1.2. pedido de reconsideração, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

**10.2.** Para os recursos apresentados em face do julgamento das propostas e da habilitação ou inabilitação de licitante (alínea b), serão observadas as seguintes disposições:

**10.2.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada pela licitante, exclusivamente via sistema, no prazo de até 10 (dez) minutos, após o julgamento da proposta ou da habilitação, sob pena de preclusão.

**10.2.1.1.** A licitante desclassificada antes da fase de disputa também poderá manifestar e motivar a sua intenção de interpor recurso naquele período.

**10.2.2.** As licitantes que manifestaram a intenção de interpor recurso deverá apresentar sua peça recursal, dirigidos ao(a) Pregoeiro(a), em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir do encerramento do lote no sistema, após o julgamento da proposta e da habilitação de licitante.

**10.2.3.** O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso 03 (três) dias úteis) e terá início na data de divulgação da interposição de recurso.

**10.2.4.** A apreciação dar-se-á em fase única.

**10.3.** Os demais recursos hierárquicos serão dirigidos à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, através do ambiente do sistema eletrônico, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do dia subsequente ao da publicação no Diário Oficial do Município.

**10.4.** A autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

**10.5.** O pedido de reconsideração será dirigido à autoridade que praticou o ato, através do e-mail [recursosduvidaspmsj@gmail.com](mailto:recursosduvidaspmsj@gmail.com), no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da data da intimação relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

**10.5.1.** A autoridade deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

**10.6.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**10.7.** O acolhimento de recurso implicará a invalidação apenas do ato insuscetível de aproveitamento.

**10.8.** Não serão acatados recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não credenciados no processo para responder pela licitante.

### 11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

**11.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

### 12. PREÇO, PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**12.1.** O preço que vigorará no ajuste será o ofertado pela licitante a quem for o mesmo adjudicado.

**12.2.** Este preço inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto, incluindo frete até o local de entrega designado pela Prefeitura, transporte, etc., e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.

**12.3.** As despesas decorrentes deste processo correrão por conta da seguinte programação financeira, respaldada na Lei nº. 1015/2025:





A Secretária de Administração e Finanças,

Informamos que a dotação orçamentária para a despesa solicitada no presente processo, no valor **R\$ 1.255.631,38**, encontra-se respaldada na Lei nº 1015/2025, de acordo com a demonstração a seguir:

**PMSJ:**

ÓRGÃO/ U. O.	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ/ATIV	DISCRIMINAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE
02-GAPRE 0201-GAPRE	04	122	0002	2006	Manutenção dos Serviços Técnicos e Apoio Administrativo.	3.3.90.30.00 3.3.90.39.00	500 501 753
04-AJM 0402-AJM	04	092	0002	2010	Funcionamento Das Atividades Da Procuradoria Municipal	3.3.90.30.00 3.3.90.39.00	500 501 753
05-CGM 0501-CGM	04	124	0002	2011	Funcionamento Das Atividades Do Controle Interno Municipal	3.3.90.30.00 3.3.90.39.00	500 501 753
06- SECAF 0601 - SECAF	04	122	0002	2006	Manutenção dos Serviços Técnicos e Apoio Administrativo.	3.3.90.30.00 3.3.90.39.00	500 501 753
09- SEDUC 0901 - SEDUC	12	122	0002	2006	Manutenção dos Serviços Técnicos e Apoio Administrativo.	3.3.90.30.00 3.3.90.39.00	500 501 753
09- SEDUC 0901 - SEDUC	12	361	0003	2026	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	3.3.90.30.00 3.3.90.39.00	500 501 753
09- SEDUC 0901 - SEDUC	12	365	0003	2027	Manutenção e Desenvolvimento Básico - Creche	3.3.90.30.00 3.3.90.39.00	500 501 753
11 - SEMPS 1101 - SEMPS	08	122	0005	2055	Gestão das Ações da SEMPS	3.3.90.30.00 3.3.90.39.00	500 501 753
11 - SEMPS 1101 - SEMPS	14	243	0005	2065	Gestão das Ações do Conselho Tutelar	3.3.90.30.00 3.3.90.39.00	500 501 753
13-SECE 1301-SECE	04	122	0002	2006	Manutenção dos Serviços Técnicos e Apoio Administrativo.	3.3.90.30.00 3.3.90.39.00	500 501 753
14- SETUR 1401-SETUR	23	122	0002	2006	Manutenção dos Serviços Técnicos e Apoio Administrativo	3.3.90.30.00 3.3.90.39.00	500 501 753
15 - SEAGRI 1501 - SEAGRI	20	122	0002	2006	Manutenção dos Serviços Técnicos e Apoio Administrativo	3.3.90.30.00 3.3.90.39.00	500 501 753
16-SEDUR 1601-SEDUR	15	122	0002	2006	Manutenção dos Serviços Técnicos e Apoio Administrativo.	3.3.90.30.00 3.3.90.39.00	500 501 753
17-SEDEER 1701-SEDEER	04	122	0002	2006	Manutenção dos Serviços Técnicos e Apoio Administrativo.	3.3.90.30.00 3.3.90.39.00	500 501 753
18-SEOSP 1801-SEOSP	04	122	0002	2006	Manutenção dos Serviços Técnicos e Apoio Administrativo.	3.3.90.30.00 3.3.90.39.00	500 501 753

Saliento que poderá ser utilizado o marcador 1001 para as ações da SEDUC.

**FMAS:**

ÓRGÃO/ U. O.	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ/ATIV	DISCRIMINAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE
11 - SEMPS 1102 - FMAS	08	244	0005	2058	Gestão do Cadastro Único e Programa Bolsa Família	3.3.90.30.00 3.3.90.39.00	500 660
11 - SEMPS 1102 - FMAS	08	245	0005	2059	Gestão das Ações de Proteção Social Básica	3.3.90.30.00 3.3.90.39.00	500 660

Informamos a dotação orçamentária, solicitada no presente processo, com o valor de **R\$195.519,42**, de acordo com as demonstrações a seguir:

➤ Lei nº1015/2025:

U. O.	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ/ATIV	DISCRIMINAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE
10.00 SESAU 10.01 FMS	10	303	004	2045	FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	3.3.90.30 3.3.90.39	500
		301		2037	FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DA REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE		
		302		2040	FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		
		122	122	2006	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS E APOIO ADMINISTRATIVO		

**12.4.** O pagamento será realizado mediante a apresentação da Nota Fiscal correspondente, devidamente atestada, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, após a liquidação, por meio de Ordem Bancária e de acordo com as condições constantes da proposta e com as demais exigências administrativas em vigor;

**12.5.** A Nota Fiscal de serviço deverá ser emitida em conformidade com a Planilha de Referência do Edital e da proposta do Contratado;

**12.6.** Nenhum pagamento será efetuado à empresa a ser contratada, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)



**12.7.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**12.8. Deverá acompanhar os seguintes documentos para compor o processo de pagamento no que se refere a execução dos serviços:**

- Boletim de Medição dos serviços;
- Deverá ser apresentado o Relatório Fotográfico de ANTES e DEPOIS da execução dos serviços. O relatório fotográfico **DEVE SE ADEQUAR** à NORMA TÉCNICA nº 01/2021 emitida pela Controladoria Geral do Município de Mata de São João/BA.

**12.9.** Quanto do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**12.9.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, nota fiscal/fatura, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**12.9.2.** A **CONTRATANTE** antes de efetuar o pagamento poderá verificar a regularidade da **CONTRATADA** junto aos órgãos fazendários e trabalhista, mediante consulta "on line", cujos comprovantes serão anexados ao processo de pagamento.

**12.9.3. No caso de CONTRATADA em situação de recuperação judicial, deverá apresentar declaração, relatório ou documento equivalente de seu administrador judicial, ou se o administrador judicial for pessoa jurídica, do profissional responsável pela condução do processo, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial;**

**12.9.4. No caso de CONTRATADA em situação de recuperação extrajudicial, junto com os demais comprovantes, deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.**

**12.10.** O valor do Instrumento Contratual oriundo poderá ser reajustado, através de acordo entre as partes, a cada 12 (doze) meses a partir da data da apresentação da proposta, tomando-se por base a variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou na sua falta, de acordo com o índice que legalmente vier a lhe substituir.

**12.10.1.** A Administração Pública responderá em até 60 (sessenta) dias o pedido de repactuação de preço ou pedido de reequilíbrio econômico, conforme incisos X e XI do art. 92.

**12.10.2.** A atualização monetária dos pagamentos devidos pela Administração, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore.

### **13. ENTREGA E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

**13.1. Prazo de entrega:** O prazo para execução dos serviços de manutenção corretiva, bem como do fornecimento das peças será determinado pela **CONTRATANTE**, sendo o prazo mínimo a ser estipulado de 24 (vinte e quatro) horas a partir da solicitação da ordem de fornecimento/serviço;

**13.2. Local da entrega:** Considerando que o objeto se trata de prestação de serviço e o fornecimento de peças estando condicionado a esta operação, poderá ser solicitado a entrega ou execução em todo o território do Município de Mata de São João.

**13.3. Os serviços, de que trata o presente Edital, serão recebidos:**

**a)** provisoriamente, pelo fiscal técnico e gestor, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, respectivamente, previamente definidos no Instrumento Contratual;

**b)** definitivamente, pelo gestor ou por comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

▪ O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Instrumento Contratual, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo Instrumento Contratual.

### **14. OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR**

**14.1.** Caberá ao licitante vencedor realizar o objeto desta licitação, de acordo com a proposta apresentada, ficando a seu cargo todos os ônus e encargos decorrentes da execução e, especialmente:

**14.1.1.** Caso seja necessário o **ajuste da proposta de preços**, a licitante Vencedora deverá atender a **variação de percentual** do valor proposto e vencedor em conformidade sua **Proposta Inicial**, observando tal variação também em relação aos **valores unitários propostos**.

**14.1.2.** Prestar os serviços, rigorosamente, nas especificações constantes no **Anexo I**, parte integrante e indissociável deste Edital;

**14.1.3.** Assumir todos os gastos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes desta licitação;







**14.1.4.** Não transferir, totalmente o objeto desta licitação;

**14.1.5.** Comunicar à Prefeitura Municipal de Mata de São João os eventuais casos fortuitos e de força maior, dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas e apresentar os documentos para a respectiva comprovação, a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados.

**14.1.6.** Arcar com quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do Instrumento Contratual oriundo desta Licitação, isentando a PMMSJ de qualquer responsabilidade;

**14.1.7.** Manter-se, durante toda a execução do Instrumento Contratual oriundo desta Licitação, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, de acordo com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**14.1.8.** Responder por todos os danos e prejuízos decorrentes da suspensão dos serviços, salvo, na ocorrência de caso fortuito ou força maior, sem que haja culpa da(s) CONTRATADA(S), desde que devidamente apurados, na forma da legislação vigente e sejam comunicados à PMMSJ, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência;

**14.1.9.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

**14.1.10.** Responsabilizar-se por todo o ônus referente à prestação dos serviços e locação dos produtos;

**14.1.11.** Assumir a responsabilidade pelos encargos sociais e outros, pertinentes à prestação dos serviços e locação dos produtos, bem como taxas, impostos, fretes e demais despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o(s) mesmo(s).

**14.1.12.** A CONTRATADA em situação de recuperação judicial/extrajudicial deverá comprovar o cumprimento das obrigações do plano de recuperação judicial/extrajudicial sempre que solicitada pela Administração e, ainda, na hipótese de substituição ou impedimento do administrador judicial, comunicar imediatamente, por escrito, à Administração.

## **15. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

**15.1.** O fornecimento do objeto da presente licitação será formalizado, mediante Termo de Instrumento Contratual, a ser assinado pelas partes, cuja minuta encontra-se no Anexo III.

**15.2.** O Instrumento Contratual, terá prazo de vigência de **12 (doze) meses**, a contar da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado por interesse das partes, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133/2021.

**15.2.1.** **A divulgação do Instrumento Contratual no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para sua eficácia/vigência.**

**15.3.** Os quantitativos do Instrumento Contratual a ser celebrado poderão ser alterados, observando-se os limites previstos no artigo 125 da Lei 14.133/2021.

**15.4.** O licitante Vencedor terá o prazo de **72 (setenta e duas) horas**, a contar do recebimento da convocação da Prefeitura Municipal de Mata de São João, para assinar o Instrumento Contratual, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90, §5º da Lei Federal nº. 14.133/2021.

**15.4.1.** Para que ocorra a assinatura do Instrumento Contratual em conformidade com o determinado na legislação específica, o licitante Vencedor deverá apresentar os documentos, abaixo relacionados devidamente vigentes:

- a) prova de regularidade com a Fazenda Federal (Tributos e Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal, sendo as duas últimas do domicílio ou sede do licitante;
- b) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, através de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF; e
- c) prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação da Certidão de Débitos Trabalhistas (CDT).

**15.4.2.** A não manutenção das condições de habilitação consignadas neste Edital, **que será verificada por meio de novas consultas a todas as certidões**, a fim de obter as mais atualizadas, **à época da assinatura do Instrumento Contratual**, implicará **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas em Lei, facultando à Administração chamar a próxima licitante melhor classificada, para a **assinatura do Instrumento Contratual**, ou **revogar a licitação**, sem prejuízo da multa prevista e das demais cominações legais.

**15.5.** A Prefeitura de Mata de São João providenciará por sua conta, a publicação do extrato do Instrumento Contratual celebrado, no prazo de até 20 (vinte) dias da data de sua assinatura, não podendo ultrapassar o 5º dia útil do mês subsequente ao da sua assinatura.

**15.6.** Será responsável pela fiscalização e gerenciamento do Instrumento Contratual, conforme identificação abaixo:

### **FISCAL:**

**Vitor Carvalho Araújo**  
Coordenador de Fiscalização de Serviços Públicos – Sede

### **SUB FISCAL:**

**Júlio Vinicius Luz Santos**  
Subcoordenador de Planejamento e Gestão

### **GESTOR:**

**Jecio Moreira da Silva**



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)





**Gerente de Planejamento**

**SUB GESTOR:**

**Thalita Lorraine Pereira Santos**  
**Assessora de Gabinete**

## **16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**16.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**16.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**16.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- d) deixar de apresentar amostra;
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

**16.1.3.** não celebrar o Instrumento Contratual ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

**16.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o Instrumento Contratual, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

**16.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

**16.1.5.** fraudar a licitação.

**16.1.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**16.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

**16.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**16.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**16.2.1.** advertência;

**16.2.2.** multa;

**16.2.3.** impedimento de licitar e contratar e

**16.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**16.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**16.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.

**16.3.2.** as peculiaridades do caso concreto

**16.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes

**16.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública

**16.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**16.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do instrumento contratual firmado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**16.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Instrumento Contratual lícitado.

**16.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7 e 16.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do Instrumento Contratual lícitado.

**16.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**16.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**16.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)





**16.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7 e 16.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**16.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo de 72 (setenta e duas) horas, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

**16.10.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**16.11.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**16.12.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**16.13.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**16.14.1.** A multa, no âmbito da Instrumento Contratual poderá ser:

1. Compensatórias:

Destinadas a ressarcir a Administração pelo prejuízo decorrente da inexecução da obrigação principal.

a) **15% (quinze por cento)** sobre o valor da parte inadimplida, em caso de **inexecução parcial** da obrigação principal, caracterizada pela não entrega de etapas ou resultados previstos;

b) **20% (vinte por cento)** sobre o valor total do contrato/ata, em caso de **inexecução total** do objeto, após a rescisão contratual.

2. Moratórias (Atraso):

Aplicadas pelo atraso injustificado na execução do objeto.

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, quando o atraso não for superior a 1 (um) mês;

b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, na entrega de material, calculados desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente a parte inadimplente;

c) 0,33% (trinta e três centésimos por cento), por dia de atraso, na recusa injustificada da assinatura da Ordem de Fornecimento e/ou Ordem de serviço, calculados sobre o valor correspondente da referida Ordem;

d) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) sobre o valor total do contrato ou parcela de pagamento relativa ao evento em caso do não cumprimento do prazo estipulado pela contratante para a execução do (s) serviço (s).

e) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) sobre o valor total do contrato ou parcela de pagamento relativa ao evento em atraso em caso do atraso injustificado ou não apresentação de no mínimo 3 (três) orçamentos mediadores para aprovação da prestação dos serviços e/ou fornecimento das peças;

De caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na execução do objeto do contrato ou na recusa e/ou esgotamento do prazo estimado para assinatura de recebimento das **Ordens de Serviços**, quando será aplicado os seguintes percentuais:

a) Em caso de atraso na execução das prestações de serviços, estará a credora sujeita às seguintes penalidades, sempre relativas ao valor total do contrato ou da parcela de pagamento correspondente ao evento em atraso, independentemente de notificação ou aviso:

- I. 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato;
- II. 0,7% (sete décimos por cento) por dia de atraso, a partir da data prevista para finalização da ordem de serviço, sobre o valor da ordem de serviço;
- III. 0,7% (sete décimos por cento) pela não entrega dos materiais retirados nos prazos estabelecidos neste instrumento, sobre o valor da ordem de serviço;
- IV. 0,5% (meio décimo por cento) pela execução em desacordo com as especificações técnicas descrita neste instrumento, sobre o valor da ordem de serviço;
- V. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) do faturamento mensal relativo a serviços de manutenção (do mês de





aplicação da multa) por dia de atraso no atendimento de exigência ou recomendação expressa da fiscalização;

- VI. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) do faturamento mensal relativo a serviços de manutenção (do mês de aplicação da multa) por dia de atraso no atendimento de exigência ou recomendação expressa da fiscalização, quando da reincidência. Estas multas também se referem ao descumprimento do prazo de atendimento das solicitações impedidas de execução que forem tratadas;
- VII. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) do faturamento mensal relativo a serviços de manutenção (do mês de aplicação da multa) por dia de atraso no atendimento de exigência das solicitações;
- VIII. 0,33% (trinta e três centésimos por cento), do faturamento mensal relativo a serviços de manutenção (do mês de aplicação da multa) por dia de atraso no atendimento de reclamações, ou quando do não atendimento informado pelo solicitante.
- IX. e) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) sobre o valor total do contrato ou parcela de pagamento relativa ao evento em caso do não cumprimento do prazo estipulado pela contratante para a execução do (s) serviço (s).

**Parágrafo único:** O valor total da multa moratória não poderá, sob nenhuma hipótese, ultrapassar o limite máximo de **30% (trinta por cento)** do valor da parcela inadimplida, resguardando-se os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, em observância ao que dispõe o art. 156, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

### 3. Pela Qualidade/Conformidade:

Aplicadas pela execução em desacordo com os padrões técnicos e de qualidade.

- a) **5% (cinco por cento)** sobre o valor da ordem de serviço/medição dos itens afetados, pela **execução do serviço em desacordo com as especificações técnicas, os padrões de qualidade** estabelecidos no Termo de Referência, independentemente de posterior correção ou refazimento, visto o transtorno administrativo causado.
- b) **10% (dez por cento)** sobre o valor da ordem de serviço/medição, em caso de **utilização de materiais, insumos ou mão de obra não homologados, inadequados ou em desconformidade** com as normas técnicas ou regulamentares, que comprometam a segurança ou a qualidade final do serviço.

### III – Suspensão temporária:

Proibição de licitar e contratar com a Administração, no âmbito do órgão ou entidade do Poder Executivo Municipal, pelo prazo de até 3 (três) anos, conforme art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021, em casos de descumprimento grave da obrigação ou ocorrência de fraude.

### IV – Declaração de Inidoneidade:

Impedimento de licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta de todos os Entes Federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021, em hipóteses de extrema gravidade, como a prática de atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação, declaração falsa ou inexecução contratual que cause grave prejuízo ao interesse público.

### V – Rescisão unilateral:

Conforme art. 137 da Lei nº 14.133/2021, por inadimplemento que inviabilize a continuidade da execução contratual ou por infrações graves que comprometam a segurança e a qualidade do serviço.

### VI – Indenização por perdas e danos:

A CONTRATADA responderá por todos os prejuízos diretos ou indiretos causados à Administração Pública Municipal, incluindo, mas não se limitando a: custos com nova contratação emergencial de serviços, prejuízos decorrentes da paralisação ou interrupção de serviços públicos essenciais, e o custo do refazimento de etapas mal executadas ou refugo de materiais aplicados. O dever de indenizar é independente das multas aplicadas.

### Disposições Finais e Garantias

- **Responsabilidade Técnica:** A CONTRATADA garante a adequação técnica da **prestação dos serviços e dos resultados** entregues, em conformidade com as normas de segurança, desempenho e a legislação aplicável.
- **Reequilíbrio Econômico-Financeiro:** Fica assegurado à CONTRATADA o direito de pleitear o reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação de fatos supervenientes, imprevisíveis ou de consequências incalculáveis, que onerem a execução contratual.
- **Registro de Penalidades:** As sanções aplicadas, em especial a Suspensão Temporária e a Declaração de Inidoneidade, serão registradas no cadastro municipal e, obrigatoriamente, comunicadas para inclusão no CEIS/CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas), conforme art. 161 da Lei nº 14.133/2021, promovendo a **transparência pública**.
- **Contraditório e Ampla Defesa:** É garantido à CONTRATADA o exercício do contraditório e da ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, em todas as hipóteses de sanção, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 5º, LV, da Constituição Federal. O pagamento de multas não exime do cumprimento das demais obrigações contratuais nem do dever de indenizar.

### **16.15. Poderá a Prefeitura Municipal de Mata de São João reter o pagamento enquanto perdurarem quaisquer pendências junto à mesma.**

**16.16.** Não será aplicada multa se, comprovadamente, a recusa na entrega do objeto advir de caso fortuito ou fatos supervenientes.



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)





**16.17.** Para fins de aplicação das sanções previstas neste capítulo, será garantido ao licitante o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**16.18.** As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no cadastro da Prefeitura, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, prejuízo das multas previstas neste edital e no Instrumento Contratual e das demais cominações legais.

**16.19.** As sanções mencionadas no presente Edital se aplicam também às Atas de Registros de Preços, conforme art. 51 do Decreto Municipal nº 257 de 25 de maio de 2022, que dispõe sobre o rito de aplicação de penalidades, *in verbis*:

ART. 51. OS PROCEDIMENTOS INSTITUÍDOS POR ESTE DECRETO APLICAM-SE ÀS ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS E CONTRATAÇÃO DELA DECORRENTES, ADAPTANDO-SE A NOMENCLATURA DE RESCISÃO POR EXCLUSÃO DE ATA.

**16.20.** No caso de a CONTRATADA estar em situação de recuperação judicial, a convalidação em falência ensinará a imediata rescisão deste Instrumento Contratual, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

**16.21.** No caso de a CONTRATADA estar em situação de recuperação extrajudicial, o descumprimento do plano de recuperação ensinará a imediata rescisão deste Instrumento Contratual, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

**16.22.** Para o rito de aplicação das penalidades deverá ser observado o Decreto Municipal n. 257 de 25 de maio de 2022 e Decreto Municipal nº. 454/2024 de 05 de julho de 2024.

**16.23.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**16.24** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**16.25** O atraso injustificado na execução do Instrumento Contratual sujeitará ao contratado a multa de mora.

**16.26.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas conforme lei federal nº 14.133/2021.

## **17. FORMALIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES**

**17.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da sessão pública de abertura do certame, através do portal eletrônico <https://licitanet.com.br/>

**17.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no portal eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da sessão pública de abertura do certame.

**17.3.** Eventuais modificações neste edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

**17.4.** A ausência de impugnação implica a aceitação tácita, pela licitante, das condições previstas neste edital e em seus anexos.

## **18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**18.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**18.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**18.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**18.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**18.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**18.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**18.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**18.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.







**18.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**18.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio oficial desta prefeitura.

**18.11.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**18.11.1.** ANEXO I - Planilha de Referência

**18.11.2.** ANEXO II – Modelo de Carta de Apresentação de Proposta

**18.11.3.** ANEXO III – Minuta de Instrumento Contratual

Mata de São João, 29 de abril de 2026.

**THAIS RODRIGUES SOARES**  
**Coordenadora de Processos Licitatórios**

Assinado por 1 pessoa: THAIS RODRIGUES SOARES  
 Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://matadesaojoao.1doc.com.br/verificacao/1746-A99E-1497-DE1B> e informe o código 1746-A99E-1497-DE1B





## ANEXO I

## PLANILHA DE REFERENCIA

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2026

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a realização da prestação dos serviços de manutenção corretiva e fornecimento de peças e acessórios originais ou genuínos referente a aparelhos ar condicionado dentre 9.000 a 60.000 BTUs nos modelos inverter, split, janela e piso teto alocados nos prédios públicos do Município de Mata de São João/Ba, sendo o fundo municipal de assistência social a ser custeado com Recurso Federal (PSB/FNAS/MDS E BLOCO IGD-PBF/FNAS/MDS) e recurso próprios.

ITEM I - AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA AR CONDICIONADO DE 9.000 A 60.000 BTUS					
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS	RECURSO CONTRATUAL ANUAL DESTINADO A AQUISIÇÃO DE PEÇAS	UND	DESCONTO MÍNIMO A SER APLICADO À AQUISIÇÃO DE PEÇAS
1	Fornecimento de peças e acessórios de reposição, originais ou genuínos, destinados à realização de manutenções preventivas e corretivas em aparelhos de ar-condicionado, com capacidade entre 9.000 e 60.000 BTUs, dos tipos split, inverter, janela e piso-teto.	1966	R\$ 1.036.536,41	PERCENTUAL DE DESCONTO	11,14%
ITEM I - VALOR GLOBAL DESTINADO AO RECURSO CONTRATUAL PARA A AQUISIÇÃO DE PEÇAS: (UM MILHÃO E TRINTA E SEIS MIL E QUINHENTOS E TRINTA E SEIS REAIS E QUARENTA E UM CENTAVOS)					R\$ 1.036.536,41
ITEM II - MANUTENÇÃO CORRETIVA DE AR CONDICIONADO DE 9.000 A 60.000 BTUS					
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS	RECURSO CONTRATUAL ANUAL DESTINADO A MANUTENÇÃO CORRETIVA	UND	DESCONTO MÍNIMO A SER APLICADO AOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)



2	Prestação de serviços de manutenção corretiva em aparelhos de ar-condicionado, com capacidade entre 9.000 e 60.000 BTUs, dos tipos split, inverter, janela e piso-teto.	1966	R\$ 414.614,39	PERCENTUAL DE DESCONTO	10,79%
ITEM II - VALOR GLOBAL DESTINADO AO RECURSO CONTRATUAL PARA AS MANUTENÇÕES CORRETIVAS:(QUATROCENTOS E QUATORZE MIL E SEISCENTOS E QUATORZE REAIS E TRINTA E NOVE CENTAVOS)					R\$ 414.614,39
VALOR GLOBAL ITENS I e II: (UM MILHÃO E QUATROCENTOS E CINQUENTA E UM MIL E CENTO E CINQUENTA REAIS E OITENTA CENTAVOS)					R\$ 1.451.150,80

Apresentar juntamente a sua proposta de preço uma planilha de todos os custos envolvendo o referido serviço, conforme modelo de tabela abaixo:

Descrição	PERCENTUAL
SERVIÇOS/ MÃO DE OBRA	
MATERIAIS DE CONSUMO/ INSUMOS	
EQUIPAMENTOS	
FRETE	
TRIBUTOS	
OUTROS *	
PERCENTUAL TOTAL	100%

PROPONENTE:  
DADOS DA PROPONENTE:  
Nome:  
Razão Social:  
Endereço Completo  
Telefone/ fax/e-mail:



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA  
- [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)





## TERMO DE REFERÊNCIA

### Fase de Execução

- A execução abrange:
- **Manutenção corretiva:** Compreendendo as manutenções a serem realizadas mediante as necessidades da Administração, dentro do escopo dos serviços já predeterminados em termo de referência.
- **Fornecimento de Peças:** Compreende o fornecimento de peças de ar condicionado necessárias para os serviços de manutenção corretiva, a fim de prover a continuidade na utilização dos aparelhos.
- **Fase de Uso**
- Após a execução, o objeto entra em fase de operação, com foco em longevidade e gestão preventiva;
- A solução proposta configura-se como um serviço de manutenção e fornecimento de peças de aparelhos de ar condicionado a serem executadas de acordo com as necessidades da administração. Nesse sentido, define-se como a caracterização do presente serviço sendo de forma contínua, visto que são voltados para o atendimento às necessidades públicas permanentemente, e que cujo o contrato não se exaure com uma única prestação, pois são cotidianamente requisitados para o andamento normal das atividades do ente.
- **Garantia Contratual (Obrigatória):** A Contratada estará obrigada a prestar assistência técnica corretiva e promover a reparação de quaisquer defeitos ou vícios redibitórios comprovados, sejam eles decorrentes da má execução do serviço ou da qualidade inferior dos materiais aplicados.

### **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21).**

#### Dos aparelhos e serviços:

- Os aparelhos nos quais se tratam como objeto da presente licitação são os elencados conforme planilha abaixo:

Aparelhos/BTUs	Quantidades
9.000	247
12.000	268
18.000	221
22.000	13
24.000	525
28.000	3
30.000	21
36.000	617
37.000	4
48.000	5
60.000	42
<b>Total:</b>	<b>1966</b>

### DA PADRONIZAÇÃO POR CATEGORIAS E DO REMANEJAMENTO DE QUANTITATIVOS

- A execução dos serviços de manutenção corretiva e o fornecimento de peças observarão a metodologia de **Categorias de Referência por Faixa de Potência**, visando à padronização administrativa e à eficiência operacional, nos termos do art. 43 da Lei nº 14.133/2021.
- A **CONTRATADA** aceita e vincula-se à seguinte **Tabela de Equivalência**, devendo realizar a manutenção e o faturamento de equipamentos com capacidades intermediárias ou descontinuadas de acordo com o preço unitário do Item de Referência correspondente:

• <b>Item de Referência 9.000 BTUs:</b> Abrange equipamentos de 7.000 a 10.500 BTUs;
• <b>Item de Referência 12.000 BTUs:</b> Abrange equipamentos de 11.000 a 14.000 BTUs;
• <b>Item de Referência 18.000 BTUs:</b> Abrange equipamentos de 15.000 a 20.000 BTUs;
• <b>Item de Referência 22.000/24.000 BTUs:</b> Abrange equipamentos de 21.000 a 26.000 BTUs;
• <b>Item de Referência 36.000/37.000 BTUs:</b> Abrange equipamentos de 30.000 a 42.000 BTUs;
• <b>Item de Referência 60.000 BTUs:</b> Abrange equipamentos de 48.000 a 75.000 BTUs.

- A Administração poderá, por meio de decisão fundamentada e no interesse do serviço público, realizar o **remanejamento de quantitativos** entre os itens da planilha, para suprir variações na frota de equipamentos (como substituições de aparelhos por potências distintas ou novas instalações), desde que:



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)





- I. Haja justificativa técnica que comprove a necessidade de alteração qualitativa ou quantitativa para a continuidade do serviço;
- II. Seja preservado o valor global da contratação, observando-se, em caso de acréscimos que superem o valor original, os limites de aditamento previstos no art. 124 da Lei nº 14.133/2021;
- III. Seja mantida a vantajosidade econômica e o percentual de desconto médio obtido no certame licitatório, vedada a transposição de quantitativos que resulte em "jogo de planilha" ou desequilíbrio contratual em favor do Município.

As alterações de quantitativos entre os itens de referência que não impliquem em aumento do valor global do contrato serão formalizadas mediante **apostilamento**, conforme autorizado pelo art. 136 da Lei nº 14.133/2021, dispensando-se a celebração de termo aditivo para este fim específico.

A **CONTRATADA** obriga-se a manter os registros atualizados de cada intervenção, identificando a potência real do equipamento atendido e o respectivo item de referência utilizado para fins de medição e liquidação da despesa.

#### Dos serviços:

A **manutenção corretiva** é fundamental para garantir o desempenho, a segurança e a durabilidade do equipamento ao longo do tempo. Deverá a contratada apresentar as seguintes documentações como condições **para início da execução dos serviços**:

- Indicação do responsável técnico referente aos serviços contratados;
- Documento formal com indicação expressa de números de telefones (comerciais, técnicos, emergência), e endereço de e-mail para realização dos chamados;
- Caso ocorra a substituição do Responsável Técnico durante a vigência do contrato, a empresa deverá submeter à aprovação do CONTRATANTE;

#### Da manutenção corretiva:

- A manutenção corretiva compreenderá o reparo imediato de falhas, panes e defeitos gerais, visando ao restabelecimento pleno do funcionamento dos equipamentos de climatização, incluindo, sem prejuízo da inclusão de outros serviços necessários, os seguintes:

Descrição dos Serviços
Reparo imediato de falhas e panes gerais, com substituição de peças defeituosas, quando necessário
Correção de vazamento de gás refrigerante R22, R410A e R32, com soldagem, teste de estanqueidade e recarga quando necessário
Recuperação e revisão de tubulações, conexões, drenos e isolamento
Troca de componentes elétricos e eletrônicos, cabo de interligação relés, termostato e sensores.
Reparo em compressores, ventiladores e unidades condensadoras/evaporadoras
Inspeção técnica completa para identificação de defeitos.
Teste operacional de performance.
Localização de ruídos anormais, vibrações e superaquecimento.
Correção e soldagem de tubulações de cobre.
Remoção de obstruções em capilares e válvulas de expansão.
Reposição de fluido refrigerante (quando previsto).
Deteção de vazamentos com teste de pressão e nitrogênio.
Recuperação de isolamento térmico deteriorado.
Troca e/ou reparo de placas eletrônicas.
Substituição de sensores de temperatura/degelo.
Troca e instalação de motores ventiladores (evaporadora/condensadora).
Reparo em compressores (quando tecnicamente viável).
Substituição de capacitores, relés, contator e protetores térmicos.
Readequação de cabeamento elétrico, terminais e conectores.







Revisão de aterramento e correção de mau contato elétrico.
Refixação de evaporadoras e condensadoras com risco de queda.
Troca e desobstrução de dreno.
Reparo ou substituição de bandeja de condensação.
Conserto de suportes metálicos, perfis e buchas.
Reinstalação do equipamento quando necessário para reparo interno.
Correção de alinhamento do equipamento para evitar gotejamento.
Reprogramação e pareamento de controles remotos.
Troca de receptores IR e placas de interface.
Reset de sistemas inverter e teste de comunicação.
Ajuste de sensores para evitar congelamento.
Substituição de pressostatos de alta/baixa pressão (em modelos com o componente).
Troca de termistores e sensores NTC/ETC.
Revisão de sistema inverter com análise de drivers de potência.
Substituição ou reparo de transformadores internos.
Readequação de terminais e reaperto em todo o circuito.
Eliminação de ruídos em evaporadoras por desgaste de buchas, rolamentos e turbinas
Correção de vibração excessiva com reaperto e troca de fixadores.
Desobstrução total de linha de dreno com limpeza de sifão quando existir.
Substituição ou reparo de suporte de condensadora danificado, incluindo troca completa quando houver risco estrutural.

- Todos os serviços descritos acima integram o escopo da manutenção corretiva, estando incluídos nos serviços contratados, vedada qualquer cobrança adicional ou individualizada, inclusive para serviços de soldagem, testes, carga ou recarga de gás refrigerante, deslocamentos, mão de obra, ferramentas, equipamentos e insumos necessários à perfeita execução do objeto.

#### **Do relatório de serviços de manutenção corretiva:**

- Toda e qualquer intervenção da contratada deverá ser documentada em um relatório técnico de prestação de serviço;
- Cada Relatório Técnico de Manutenção deverá constar a localidade, prédio e aparelho em que foram realizados os serviços, bem como, informar se foi relativo à manutenção corretiva;
- O Relatório Técnico de Manutenção será circunstanciado e individualizado por aparelho, constando listagem dos serviços realizados e das peças substituídas contendo descrição completa e detalhada de cada peça, junto com seu fabricante/ modelo e número de identificação de modelo, bem como a provável causa da falha ou defeito apresentado;
- Ao longo do contrato a forma de apresentação do relatório poderá ser revisada pela CONTRATANTE a qualquer tempo, inclusive com relação ao meio físico ou *online* por plataforma que permita acesso compartilhado;
- Cumprе ressaltar, que a fim de que seja assegurado a prestação dos serviços e harmonia sobre a execução do contrato, a empresa contratada deverá realizar os seguintes serviços adicionais:**
  - Consultoria Técnica e Suporte;
  - Fornecimento de informações técnicas sobre especificações e aplicações.
  - Suporte técnico para identificação e seleção adequada de peças.
  - Logística abrangente, incluindo opções de entrega expressa.



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)





- **A CONTRATADA deverá cumprir com o cronograma de manutenções, estando a disposição para atendimento sobre as possíveis alterações do período a ser executado, tendo em vista que atenderá as necessidades da Administração, considerando a demanda e atividades a serem realizadas, ocasionando em que o mesmo poderá necessitar da troca de peças e dos serviços de manutenção antes ou depois dos prazos estabelecidos na ordem de serviço;**
- **Das peças:**
- As peças a serem adquiridas deverão ser de qualidade original ou genuína;
- É obrigatório o uso de peças e acessórios novos, originais ou genuínos, sendo vedado o uso de itens recondicionados ou usados, salvo autorização técnica expressa da CONTRATANTE.
- **As peças originais serão consideradas as que sejam da mesma marca/fabricante do equipamento. Essas peças são fornecidas diretamente pelo fabricante.**
- As peças genuínas serão consideradas as fabricadas por fornecedores autorizados que produzem peças para o fabricante ou que seguem as especificações do fabricante do equipamento.
- O termo "genuíno" destaca a autenticidade da peça em relação à marca original.
- **Dentre as diversas peças a serem repostadas, enfatiza-se desde já o fornecimento sobre alguns modelos, sem prejuízo da inclusão de outros itens, conforme planilha a seguir:**

DESCRIÇÃO
Tubo Cobre Aplicação: Ar Condicionado, Tipo Flexível Sem Costura, Diâmetro Nominal: 1/4 Pol, Rolo De 15 Metros.
Tubo Cobre Aplicação: Ar Condicionado, Tipo Flexível Sem Costura, Diâmetro Nominal: 3/8 Pol, Rolo De 15 Metros.
Tubo Cobre Aplicação: Ar Condicionado, Tipo Flexível Sem Costura, Diâmetro Nominal: 1/2 Pol, Rolo De 15 Metros.
Tubo Cobre Aplicação: Ar Condicionado, Tipo Flexível Sem Costura, Diâmetro Nominal: 5/8 Pol, Rolo De 15 Metros.
Tubo Cobre Aplicação: Ar Condicionado, Tipo Flexível Sem Costura, Diâmetro Nominal: 3/4 Pol, Rolo De 15 Metros.
Tubo Cobre Aplicação: Ar Condicionado, Tipo Flexível Sem Costura, Diâmetro Nominal: 7/8 Pol, Rolo De 15 Metros.
Tubo Isolante Térmico, Esponjoso 1/4, 2 Metros, Anti Chamas
Tubo Isolante Térmico, Esponjoso 3/8, 2 Metros, Anti Chamas
Tubo Isolante Térmico, Esponjoso 1/2, 2 Metros, Anti Chamas
Tubo Isolante Térmico, Esponjoso 5/8, 2 Metros, Anti Chamas
Tubo Isolante Térmico, Esponjoso 3/4, 2 Metros, Anti Chamas
Suporte Para Condensadora De 7.000 A 75.000 Btus.
Suporte Para Evaporadora De 7.000 A 75.000 Btus
Capacitor Para Ar-Condicionado 25 Uf 450vac
Capacitor Para Ar-Condicionado 30 Uf 450vac
Capacitor Para Ar-Condicionado 35 Uf 450vac
Capacitor Para Ar-Condicionado 40 Uf 450vac
Capacitor Para Ar-Condicionado 45 Uf 450vac
Capacitor Para Ar-Condicionado 50 Uf 450vac
Capacitor Para Ar-Condicionado 60 Uf 450vac
Capacitor Para Ar-Condicionado 70 Uf 450vac
Fluido Refrigerante R22 13,6 Kg
Fluido Refrigerante R410a 11,34 Kg
Fluido Refrigerante R32 9,3 Kg
Joelho Pvc Soldável 3/4
Tê Pvc Soldável 3/4
Curva Pvc Soldável 3/4
Abraçadeira Para Tubo Pvc 3/4
Abraçadeira Tipo (U) 3/4
Abraçadeira Tipo (U) 1 Polegada
Cano Pvc Soldável 3/4 25 mm 6 Metros
Cola De Tubo Pvc 175g
Cabo Flexível 2,5 Mm 100 M
Cabo Flexível 4 Mm 100 M
Cabo Flexível Pp 2,5 Mm 100 M
Cabo Flexível Pp 4 Mm 100 M
Terminal Forquilha 2,5 Mm Garfo Pré Isolado, Kit Com 100
Terminal Forquilha 4 Mm Garfo Pré Isolado, Kit Com 100
Parafuso Philips 6 mm Caixa Com 100 Unidade
Burcha 6 mm Caixa Com 100 Unidade
Parafuso Philips 8 mm Caixa Com 100 Unidade
Burcha 8 mm Caixa Com 100 Unidade
Parafuso Philips 10 mm Caixa Com 100 Unidade
Burcha 10 mm Caixa Com 100 Unidade
Barra Roscada De 1 Com 100 Porcas E 100 Arruelas
Bactericida Aromatizador Para Ar Condicionado Split
Detergente Desincrustante Para Ar Condicionado Split





Fita De Acabamento Pvc Branca Para Ar Condicionado 10 Metros X 100 mm
Fita De Acabamento Pvc Preta Para Ar Condicionado 10 Metros X 100 mm
Fita Aluminizada Para Ar Condicionado 48 mm X 45 Metros
Fita Isolante Multiuso Branca 48 mm X 50 Metros
Fita Silver Tape 45 mm X 5 Metros
Fita Isolante 19 mm X 20 Metros
Fita Isolante Auto fusão 19 mm X 5 Metros
Vareta De Solda Prata Com No Mínimo 1,59 Mm
Cilindro De Gás Mapp Com 400 Gramas
Abraçadeira Em Nylon ( Enforca Gato) 4,8 Cm X 300 mm Com 100 Unidade
Limpa Contato Spray 300 MI
Desengripante Spray 300 MI
Controle Universal Para Ar Condicionado Elgin, Gree, Tcl, Agratto

#### **Do local dos serviços:**

- Os serviços de manutenção corretiva dos aparelhos de ar condicionado, serão executados preferencialmente em dias e horários comerciais, de segunda-feira a sexta-feira das 08h:00min às 18h:00min, nos locais determinados pela administração. Entretanto, a CONTRATADA deverá também, atender aos chamados de emergência de manutenção corretiva, conforme como for especificado em Ordem de Serviço;
- Os serviços de manutenção corretiva deverão ser executados preferencialmente nos locais onde estiverem instalados os aparelhos, exceto quando a natureza do reparo exigir a retirada do aparelho para conserto em bancada;
- Quando os aparelhos apresentarem problemas em locais em que não há estrutura coberta, deverá a contratada, disponibilizar equipe para reparos no local.**
- Da execução dos serviços e do (s) orçamento (s):**
  - A CONTRATADA irá realizar os serviços de manutenção de acordo com a necessidade da Administração. Os serviços podem vir a ocorrer de acordo com o calendário/agendamento programado para o equipamento, ou de forma imediata, ao ocorrer ou demandar os serviços de manutenção corretiva enquadrados de acordo com o estabelecido em contrato;
  - O prazo para execução dos serviços de manutenção corretiva, bem como do fornecimento das peças será determinado na aprovação de cada orçamento, sendo o prazo mínimo a ser estipulado pela CONTRATANTE de 24 (vinte e quatro) horas a partir da aprovação do orçamento;
  - A CONTRATADA deverá fornecer garantia de no mínimo 90 (noventa) dias sobre os serviços prestados e sobre as peças empregadas nos serviços de manutenção e fornecimento;
  - Se, durante a execução dos serviços, forem identificados outros defeitos que impliquem em aumento de serviços, peças ou acessórios, a CONTRATADA deverá informar o fato a CONTRATANTE, atualizando o respectivo orçamento e submetendo-o à aprovação;
  - Quaisquer testes pós-manutenção que exijam saída dos limites do pátio da empresa da CONTRATADA só poderão ser realizados COM O ACOMPANHAMENTO DO PREPOSTO DESIGNADO PELA CONTRATANTE;
  - No momento de devolução dos equipamentos devidamente reparados, a CONTRATADA deverá devolver a CONTRATANTE as peças e/ou acessórios que forem substituídos por ocasião dos serviços executados quando assim for necessário e exigido pela CONTRATANTE;
  - Deverão ser aplicados apenas lubrificantes dos tipos especificados pelos fabricantes do objeto;
  - O prazo para elaboração dos orçamentos referente aos serviços ou peças não poderá ser superior a 24 (vinte e quatro) horas;
  - Nos preços a serem orçados estarão incluídas todas as parcelas relativas aos custos do frete, EPI's, seguro, taxas, impostos, e demais encargos incidentes;
  - A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR, NO MÍNIMO, 03 (TRÊS) ORÇAMENTOS VÁLIDOS E CONTEMPORÂNEOS PARA CADA OBJETO (SERVIÇO OU PEÇA) NECESSÁRIO À EXECUÇÃO CONTRATUAL. É VEDADA A APRESENTAÇÃO DE COTAÇÕES EMITIDAS POR EMPRESAS FILIAIS, REVENDEDORES OU ORGANIZAÇÕES QUE POSSUAM VÍNCULOS SOCIETÁRIOS, COMERCIAIS, TÉCNICOS OU FAMILIARES (PARENTESCO EM LINHA RETA, COLATERAL OU POR AFINIDADE, ATÉ O TERCEIRO GRAU) COM A CONTRATADA OU ENTRE SI, SOB PENA DE NULIDADE DA COTAÇÃO E SANÇÃO ADMINISTRATIVA.**
  - O PREÇO DE REFERÊNCIA SERÁ OBTIDO PELA MÉDIA ARITMÉTICA SIMPLES DAS COTAÇÕES VÁLIDAS ACEITAS PELA ADMINISTRAÇÃO. SOBRE ESTE VALOR MÉDIO, INCIDIRÁ O PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO NA LICITAÇÃO, DEFININDO-SE ASSIM O PREÇO FINAL DE EXECUÇÃO. JUNTO ÀS COTAÇÕES, A CONTRATADA DEVERÁ ANEXAR, OBRIGATORIAMENTE, DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO ENTRE AS EMPRESAS COTANTES.**
- Subcláusula Primeira – Da Tabela de Referência Trimestral**
  - Para otimização administrativa de itens e serviços recorrentes, a Administração poderá instituir Tabela de Referência com validade de 90 (noventa) dias;
  - A CONTRATADA deverá apresentar 03 (três) orçamentos para cada item integrante da lista referencial no início de cada trimestre;
  - A Administração poderá realizar pesquisa própria para validar se os orçamentos estão condizentes com o mercado;
  - III. Após aprovada, a tabela servirá de base para as ordens de serviço/fornecimento do período, aplicando-se o desconto licitado sobre o valor constante;
- Subcláusula Segunda – Dos Objetos Não Listados**
- Para objetos não constantes na tabela trimestral, aplica-se o rito individual:**
- Apresentação de 03 (três) orçamentos pela CONTRATADA, com incidência do desconto sobre a média apurada;





- É dever do Fiscal do Contrato conferir a veracidade e a idoneidade das cotações apresentadas antes de qualquer aprovação ou autorização de despesa.
- Os orçamentos deverão ser enviados de maneira formal, por e-mail ou ofício indicado pela Administração;
- **A CONTRATANTE poderá realizar a pesquisa de mercado a fim de avaliar os preços propostos pela CONTRATADA com o objetivo de que seja averiguado a confiabilidade e realidade do mercado sobre os preços dos serviços e peças apresentados e/ou necessários para a manutenção a ser realizada;**
- O preço proposto pela CONTRATADA para a execução do objeto desta licitação deverá ser compatível com o valor de mercado, considerando-se os custos de materiais, mão de obra, encargos sociais e demais despesas inerentes à execução do serviço.
- **Em caso de divergência entre o preço proposto pela CONTRATADA e o valor de mercado, a Administração poderá solicitar a apresentação de notas fiscais, comprovantes ou demais documentos que demonstrem a validade do preço apresentado, incluindo, mas não se limitando a:**
  - Demonstrarão o custo dos materiais utilizados na execução do objeto da licitação.
  - Demonstrarão o custo da mão de obra utilizada na execução do objeto da licitação.
  - Demonstrarão os custos fixos e variáveis da CONTRATADA, incluindo encargos sociais, impostos e outras despesas.
  - A Administração poderá solicitar outros documentos que julgar necessários para a comprovação do preço proposto pela CONTRATADA.
  - Caso a CONTRATADA se recuse a praticar o valor de mercado, ou não apresente a documentação comprobatória solicitada, a Administração poderá considerar o menor valor apurado em pesquisa de mercado, realizada por meio de consulta a fornecedores idôneos e devidamente qualificados, para fins de adjudicação do objeto da licitação.
  - A aceitação do preço proposto pela CONTRATADA, após a análise da documentação comprobatória, será formalizada por meio de ordem de serviço/fornecimento ou instrumento equivalente.
  - A revisão de preços, caso aplicável, será realizada de acordo com as disposições do edital e da legislação vigente.
  - A CONTRATADA que apresentar preço incompatível com o valor de mercado, ou não apresentar a documentação comprobatória solicitada, estará sujeita às penalidades de inexecução contratual previstas no instrumento contratual e conforme previstos na NLLC 14.133/2021;
  - A CONTRATANTE poderá recusar o orçamento, pedir sua revisão ou aceitá-lo parcialmente, comprometendo-se a CONTRATADA a executar o que for aprovado.

#### **Dos custos:**

- Todos os insumos necessários para a prestação dos serviços, fornecimento de peças, orçamentos, e outros fatores que por assim sejam requisitados ocorrerão por conta da CONTRATADA, o que inclui entrega no local indicado pela CONTRATANTE, transporte, bem como utilização de equipamentos e pessoal ou o que for necessário, sendo que não poderá haver nenhuma reclamação por parte da CONTRATADA, no sentido de cobranças ou ressarcimentos relativos a tal assunto.

#### **Sustentabilidade:**

- Dentre os possíveis impactos ambientais relacionados ao objeto da presente contratação, é essencial considerar medidas mitigadoras. Aqui estão alguns possíveis impactos e sugestões de medidas mitigadoras para o caso em questão:

##### **1. Impacto: Consumo de Energia**

- **Medida Mitigadora:** Implementação de práticas de manutenção preventiva para otimização do desempenho energético, incluindo a limpeza regular de componentes. Além disso, o investimento em tecnologias de ar condicionado mais eficientes e o uso de fontes de energia renovável podem contribuir significativamente para a redução do consumo energético.

##### **2. Impacto: Emissões de Gases de Efeito Estufa**

- **Medida Mitigadora:** Priorização de fornecedores locais para minimizar a pegada de carbono associada ao transporte. Adicionalmente, a escolha de métodos de manutenção que reduzam o uso de processos geradores de emissões, juntamente com a compensação de emissões por meio de iniciativas de neutralização de carbono, são medidas eficazes para mitigar esse impacto.

##### **3. Impacto: Descarte de Resíduos**

- **Medida Mitigadora:** Implementação de um sistema de gerenciamento de resíduos que inclua a separação e destinação adequada de materiais recicláveis. A preferência por peças e materiais com embalagens sustentáveis, juntamente com a participação em programas de reciclagem, contribui para o descarte responsável dos resíduos gerados durante a manutenção.

##### **4. Impacto: Uso de Substâncias Químicas**

- **Medida Mitigadora:** Escolha criteriosa de fluidos refrigerantes e lubrificantes ambientalmente amigáveis, aliada à implementação de boas práticas de manuseio de substâncias químicas. O treinamento adequado dos profissionais envolvidos na manutenção é fundamental para garantir a manipulação segura desses materiais.

##### **5. Impacto: Eficiência Energética**



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)





- **Medida Mitigadora:** Implementação de políticas de gestão de energia que incentivem práticas de manutenção preventiva para garantir a eficiência do sistema. Além disso, o investimento em tecnologias de controle e monitoramento pode otimizar o consumo de energia do sistema de ar condicionado, contribuindo para uma operação mais sustentável.

Essas medidas mitigadoras podem contribuir para minimizar os impactos ambientais associados à prestação de serviços de manutenção e fornecimento de peças, tornando o processo mais sustentável e alinhado com as práticas ambientais responsáveis.

#### **Subcontratação:**

- **É vedada a subcontratação total** do objeto deste instrumento
- Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau
- A possibilidade de subcontratação somente caberá à **prestação dos serviços de manutenção (ITEM II), tendo como limite de contrato à subcontratada o percentual de 50% (cinquenta por cento) do valor recursal destinado aos serviços de manutenções.**
- A subcontratação dependerá da autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto;
- Havendo subcontratação conforme a possibilidade supramencionada, **a empresa subcontratada estará subordinada a todas as exigências da CONTRATADA.**
- **A CONTRATADA deve providenciar e apresentar à FISCALIZAÇÃO, a cópia do contrato celebrado.**
- É vedada a subcontratação de empresa declarada inidônea ou suspensão de licitar com órgão da Administração Pública e que apresente irregularidades fiscais;
- **Em qualquer hipótese permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão das atividades desempenhadas pela subcontratada, bem como responder perante a contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais.**
- **Especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança:**
- A especificação dos itens segue conforme o exposto na Planilha Orçamentária de Referência, vide anexo I.
- **Especificação da garantia exigida dos itens e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso:**
- A presente contratação possui como solução o atendimento sobre as necessidades cabíveis a manutenções e reposição de peças referente aos aparelhos de ar condicionado dispostos nos prédios públicos da Prefeitura Municipal de Mata de São João. Haja vista que a incessante utilização dos equipamentos necessita de manutenção e averiguação para manter as condições adequadas para a sua utilização e preservação.
- A prestação dos serviços de manutenções corretivas, abrangendo os modos nos quais derivam, como no caso da qualidade do ar, eficiência energética, sustentabilidade ambiental e demais composições destes sistemas, corrobora com a importância e notoriedade da gestão pública em preservar o seu patrimônio, com a adequação de serviços de qualidade e peças a serem fornecidas de acordo com a sua compatibilidade e atendimento. Essa metodologia disposta no presente processo prevê a integridade da gestão em comprometer-se com os bens e atendimento dos serviços para com a sociedade.
- A CONTRATADA deverá fornecer garantia de no mínimo 90 (noventa) dias dos serviços e peças empregados nos serviços de manutenção e fornecimento;
- Pelo presente serviço se tratar à manutenção do objeto e fornecimento de peças, relaciona-se à assistência técnica as seguintes pontuações:
  - **Assistência técnica:**
  - Atendimento rápido a chamados de emergência.
  - Disponibilidade de profissionais qualificados para realizar diagnósticos precisos.
  - Estabelecimento de um canal de comunicação eficiente para solicitação de assistência técnica.
  - Registro e documentação detalhada de todas as intervenções realizadas.
- **Conformidade com Normas e Regulamentações:**
- Garantia de que as peças fornecidas atendem às normas e regulamentações de segurança e meio ambiente.







- **Garantia de Peças:**
- Garantia clara sobre a qualidade e durabilidade das peças fornecidas.
- Procedimentos estabelecidos para lidar com peças defeituosas ou que não atendem aos padrões de qualidade.
- **Peças Originais ou Equivalentes:**
- Especificação clara no contrato sobre o tipo de peças a serem utilizadas (originais do fabricante, peças de fabricantes aprovados ou equivalentes de qualidade).
- Cumpre ressaltar, que a fim de que seja assegurado a prestação dos serviços e harmonia sobre a execução do contrato, a empresa contratada deverá realizar os seguintes serviços adicionais:
  - - Consultoria Técnica e Suporte:
  - - Fornecimento de informações técnicas sobre especificações e aplicações.
  - - Suporte técnico para identificação e seleção adequada de peças.
  - - Logística abrangente, incluindo opções de entrega expressa.

#### **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no contrato e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
  - Fornecer os itens descritos, de forma eficiente e adequada e de acordo com a proposta apresentada, bem como responsabilizar-se pela boa execução e eficiência dos serviços que executar, atendendo tão somente à **Ordem de Fornecimento e Ordem de serviço** emitida;
  - Os serviços de manutenção deverão ser realizados conforme requisitado pela Administração e previamente descritos no Termo de Referência e neste instrumento, sendo contemplado as manutenções corretivas, dentre outros que se fizerem necessário, além de que, ocorrendo a necessidade da reposição de peças, estas sempre deverão ser originais ou genuínas;
  - Receber o preço estipulado;
  - Manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
  - Qualquer avaria causada durante a entrega do objeto à CONTRATANTE deverá ser imediatamente corrigido/substituído, ficando os custos por conta da CONTRATADA;
  - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, no caso das peças sendo estas novas, todos no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações mínimas da especificação;
  - Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto;
  - A CONTRATADA deverá cumprir com o cronograma de manutenções, estando a disposição para atendimento sobre as possíveis alterações do período a ser executado, tendo em vista que atenderá as necessidades da Administração, considerando a demanda e atividades a serem realizadas, ocasionando em que o mesmo poderá necessitar da troca de peças e dos serviços de manutenção antes ou depois dos prazos estabelecidos na ordem de serviço;
  - Após a execução dos serviços, a CONTRATANTE designará preposto para vistoriar o equipamento. Caso não ocorra o aceite do serviço, o CONTRATANTE fará o respectivo registro e a CONTRATADA deverá corrigir de imediato as anormalidades apontadas, sem ônus para a CONTRATANTE;
  - A vistoria do CONTRATANTE será executada de segunda à sexta-feira, das 07h às 18h, e aos sábados, das 07 h às 13h, podendo haver possíveis alterações de acordo com o ciclo da jornada de trabalho;
  - A CONTRATADA deverá manter preposto (s) no seu (s) nos horários predeterminados pela CONTRATANTE para acompanhamento da fiscalização;
  - **No caso de constatação de defeito ou mau funcionamento das peças, materiais ou acessórios empregados** na manutenção, fica a CONTRATADA obrigada a realizar a correção do serviço, com a substituição do item falho, sem ônus para a CONTRATANTE. O prazo para o início dos trabalhos de correção será imediato;
  - No caso de danos causados aos aparelhos, enquanto na guarda da CONTRATADA, todos os reparos necessários serão de responsabilidade da CONTRATADA;
  - A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, **os serviços efetuados** em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
  - A CONTRATADA deverá executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com





a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

▪ A concessão de férias coletivas por parte da CONTRATADA aos seus funcionários, não poderá eximir a obrigação de manter estrutura mínima para atendimento da demanda da CONTRATANTE;

▪ O responsável técnico deverá elaborar relatório técnico detalhado sobre os serviços prestados referente ao objeto, sendo este documento emitido por cada serviço. O relatório poderá conter documentos com fotos, identificando os serviços efetuados e peças trocadas;

▪ Deverá a contratada disponibilizar equipamentos, maquinários e insumos próprios, utilizando os materiais adequados e de qualidade a execução dos serviços;

▪ Comunicar a Prefeitura Municipal de Mata de São João os eventuais casos fortuitos ou fatos supervenientes, dentro do **prazo de 02 (dois) dias corridos**, após a verificação do fato e apresentar os documentos para a respectiva comprovação **em até 05 (cinco) dias consecutivos**, a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados;

▪ Responder por todos os danos e prejuízos decorrentes da paralisação na prestação dos serviços de manutenção, salvo na ocorrência de caso fortuito ou fatos supervenientes, sem que haja culpa da CONTRATADA, desde que devidamente apurados, na forma da legislação vigente e sejam comunicados a Prefeitura Municipal de Mata de São João **no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos** da ocorrência;

▪ Assumir todos os gastos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes deste Contrato;

▪ As peças e suas quantidades, bem como o número de serviços a serem executados deverão corresponder ao efetivamente necessário para a realização da respectiva manutenção do equipamento, devendo a contratada abster-se de propor peças, serviços em desacordo com o empregado em cada caso concreto;

▪ Caso haja discrepância nos serviços apresentados para a execução de serviços a CONTRATADA deverá solicitar por escrito a alteração, apresentando justificativas fundamentadas, e somente poderá realizar o serviço mediante prévia autorização da CONTRATANTE;

▪ **A CONTRATADA deverá fornecer garantia de no mínimo 90 (noventa) dias dos serviços e peças empregados nos serviços de manutenção e fornecimento.**

▪ Se durante a execução dos serviços, forem identificados outros defeitos que impliquem em aumento de serviços, peças ou acessórios, a CONTRATADA deverá informar o fato a CONTRATANTE submetendo-o à aprovação;

▪ A CONTRATADA deverá devolver a CONTRATANTE as peças e/ou acessórios que forem substituídos por ocasião dos serviços executados quando assim for necessário e exigido pela CONTRATANTE;

▪ Seguindo o disposto no parágrafo anterior, não ocorrendo à devolução das peças e/ou acessórios que forem substituídos, a falta de devolução de algum item substituído incorrerá no não atesto da execução dos serviços e, consequentemente, na negativa do seu pagamento;

▪ Sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá manter responsável técnico devidamente habilitado para análise conjunta com o preposto da CONTRATANTE, visando aprovação prévia dos serviços a serem realizados, bem como da aprovação da relação de peças a serem substituídas;

▪ Para peças repostas que possuam maior relevância de preço e para o funcionamento dos veículos será solicitada a garantia mínima do fabricante, ficando a cargo da CONTRATADA a sua substituição junto ao fabricante;

▪ Nos preços a serem orçados estarão incluídas todas as parcelas relativas aos custos do frete, EPI's, seguro, taxas, impostos, e demais encargos incidentes;

▪ Obriga-se também a CONTRATADA por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais, inclusive trabalhistas, que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do presente Contrato;

▪ A CONTRATADA deverá prestar esclarecimentos a SEOSP - Secretaria de Obras e Serviços Públicos sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolva independentemente de solicitação;

▪ Cabe à CONTRATADA zelar pela limpeza e organização do ambiente onde a equipe técnica estiver realizando serviços, de modo que sejam reduzidos os transtornos à rotina laboral da Unidade, devendo proteger o mobiliário, documentos e equipamentos da poeira, água e outros agentes poluentes gerados durante os serviços;

▪ A retirada, quando necessária, e a entrega de qualquer um dos componentes será de responsabilidade da CONTRATADA, devendo, no entanto, ser precedida de autorização do Fiscal do Contrato;

▪ Disponibilizar equipamentos, maquinários e insumos próprios, utilizando os materiais adequados e de qualidade a execução dos serviços;





- O prazo para elaboração dos orçamentos referente aos serviços ou peças não poderá ser superior a 24 (vinte e quatro) horas;
- Os orçamentos deverão ser enviados de maneira formal, por e-mail indicado pela Administração;
- Nos preços a serem orçados estarão incluídas todas as parcelas relativas aos custos do frete, EPI's, seguro, taxas, impostos, e demais encargos incidentes;
- A pesquisa de preços realizada deverá conter: Descrição do objeto, valor unitário e total; Número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente; Endereço e telefone de contato e data de emissão; em papel timbrado e devidamente formalizado;
- **A CONTRATANTE poderá realizar a pesquisa de mercado a fim de avaliar os preços propostos pela CONTRATADA** a fim de que seja averiguado a confiabilidade e realidade do mercado sobre os preços dos serviços e peças apresentados e/ou necessários para a manutenção a ser realizada;
- A CONTRATANTE poderá recusar o orçamento, pedir sua revisão ou aceitá-lo parcialmente, comprometendo-se a CONTRATADA a executar o que for aprovado;
- Caso seja necessário o ajuste da proposta de preços, a licitante vencedora **deverá atender a variação de percentual do valor proposto e vencedor em conformidade sua Proposta inicial, observando tal variação também em relação aos valores unitários propostos;**
- Sempre que exigido pela CONTRATANTE, deverá ocorrer à substituição de técnico ou equipe da CONTRATADA, caso a sua atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios para o padrão de serviços exigido;
- A CONTRATADA vincula-se à execução e ao faturamento dos serviços e peças com base em **Categorias de Referência por Faixa de Potência**, aceitando integralmente a Tabela de Equivalência descrita neste instrumento, na qual equipamentos de capacidades intermediárias, específicas ou descontinuadas (como os de 7.000, 7.500, 13.400, 14.000, 20.000, 22.500, 35.160, 38.000, 42.000, 50.000 e 75.000 BTUs) serão atendidos e remunerados pelos preços unitários dos respectivos itens de referência (9.000, 12.000, 18.000, 22.000/24.000, 36.000/37.000 e 60.000 BTUs), facultando-se à Administração, mediante decisão fundamentada e observada a manutenção da vantajosidade econômica e do desconto médio obtido no certame, realizar o remanejamento de quantitativos entre os itens para adequação à necessidade real da frota municipal, formalizando tais alterações por simples **apostilamento** (Art. 136, Lei nº 14.133/2021), desde que não haja acréscimo no valor global contratado, ressalvadas as hipóteses e limites legais de aditamento previstos no Art. 124 da mesma Lei.
- A CONTRATADA deverá ainda:
- Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos e/ou técnicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o prédio da CONTRATANTE para execução do serviço, quando for o caso;
- Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; bem como não permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de cada orçamento apresentado, caso o previsto inicialmente nesse orçamento não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados conforme lei federal 14.133/2021.



**ANEXO II – MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA****(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA COM O CNPJ E ENDEREÇO)****À PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO**Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2026

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a realização da prestação dos serviços de manutenção corretiva e fornecimento de peças e acessórios originais ou genuínos referente a aparelhos ar condicionado dentre 9.000 a 60.000 BTUs nos modelos inverter, split, janela e piso teto alocados nos prédios públicos do Município de Mata de São João/Ba, sendo o fundo municipal de assistência social a ser custeado com Recurso Federal (PSB/FNAS/MDS E BLOCO IGD-PBF/FNAS/MDS) e recurso próprios.

Proposta que faz a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ Nº \_\_\_\_\_, Estabelecida na \_\_\_\_\_, para o fornecimento do bem relacionado no Anexo I, Lote Único pelo preço total de R\$. \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

- 1- Os valores unitários e total da proposta, de acordo com os preços praticados no mercado, em algarismo e por extenso, expresso em moeda corrente nacional (R\$).
- 2- O prazo de validade de nossa proposta de preços é de 60 (sessenta) dias, contados da data do julgamento das propostas.
- 3- Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a entregar todos os itens no prazo estipulado no Edital.

Local e data.

PROPONENTE:

DADOS DA PROPONENTE:

Nome:

Razão Social:

Endereço Completo

Telefone/ fax/e-mail:

**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)



## ANEXO III

## MINUTA DE INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº \_\_\_\_/2026

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2026

A **Prefeitura de Mata de São João**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.805.528/0001-80, com sede na Rua Luiz Antônio Garcez, nº 140 - Centro, Mata de São João - Bahia, neste ato representada

, doravante denominado CONTRATANTE e, do outro lado, a Empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_/0001-\_\_\_\_, estabelecida na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_, Edifício \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, no Município de \_\_\_\_\_, através de seu \_\_\_\_\_, portador de cédula de identidade nº \_\_\_\_\_ SSP/\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, denominando-se a partir de agora, simplesmente, CONTRATADA; na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo-assinadas firmam o presente Instrumento Contratual, decorrente da homologação da licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2026**, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_; **Processo Administrativo nº 5840/2026**, sujeitando-se os contratantes à Lei Federal nº. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 714/2023, de 31 de outubro de 2023 (quando couber), Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal n. 257 de 25 de maio de 2022 e Decreto Municipal nº. 454/2024 de 05 de julho de 2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital e anexos do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2026** e às seguintes cláusulas contratuais abaixo descritas.

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para a realização da prestação dos serviços de manutenção corretiva e fornecimento de peças e acessórios originais ou genuínos referente a aparelhos ar condicionado dentre 9.000 a 60.000 BTUs nos modelos inverter, split, janela e piso teto alocados nos prédios públicos do Município de Mata de São João/Ba, sendo o fundo municipal de assistência social a ser custeado com Recurso Federal (PSB/FNAS/MDS E BLOCO IGD-PBF/FNAS/MDS) e recurso próprios.

**Parágrafo Único:** O processo, normas, instruções, edital, seus anexos, assim como também Instrumento Contratual e a proposta da **CONTRATADA** constantes na licitação modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2026**, passam a fazer parte integrante deste instrumento contratual independente de transcrições.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

**2.1.** O Instrumento Contratual, terá prazo de vigência de **12 (doze) meses**, a contar da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado por interesse das partes, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133/2021.

**2.1.1.A divulgação do Instrumento Contratual no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para sua eficácia/vigência.**

**2.2.Prazo de entrega:** O prazo para execução dos serviços de manutenção corretiva, bem como do fornecimento das peças será determinado pela CONTRATANTE, sendo o prazo mínimo a ser estipulado de 24 (vinte e quatro) horas a partir da solicitação da ordem de fornecimento/serviço;

**2.3.Local da entrega:** Considerando que o objeto se trata de prestação de serviço e o fornecimento de peças estando condicionado a esta operação, poderá ser solicitado a entrega ou execução em todo o território do Município de Mata de São João.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE FORNECIMENTO E DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

**3.1.** O presente Instrumento Contratual subordina-se ao **regime de fornecimento de entrega parcial**, conforme Ordem de Serviço a ser emitida por esta Administração, sendo dele decorrentes as seguintes obrigações:

1. Da **CONTRATADA**:

- A- Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Instrumento Contratual;
- B- Manter durante toda a execução do Instrumento Contratual, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- C- Apresentar durante a execução do Instrumento Contratual, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- D- Responder, diretamente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do Instrumento Contratual, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- E- Responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da legislação fiscal (Federal, Estadual e Municipal), previdenciária, trabalhista e comercial, decorrentes da execução do presente Instrumento Contratual;
  - a) Se houver ação trabalhista envolvendo os serviços prestados, a **CONTRATADA** adotará as providências necessárias no sentido de preservar a **CONTRATANTE** e de mantê-la a salvo de reivindicações, demandas, queixas ou representações de qualquer natureza e, não o conseguindo, se houver condenação, reembolsará ao **CONTRATANTE** as importâncias que



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)







este tenha sido obrigada a pagar, dentro do prazo improrrogável de dez dias úteis a contar da data do efetivo pagamento

- F- Comunicar, por escrito, ao **CONTRATANTE** qualquer dificuldade eventual que inviabilize as locações, a fim de serem adotadas as providências cabíveis;
- G- **Endereço eletrônico (e-mail) para fim exclusivo de comunicação entre as partes** \_\_\_\_\_
- H- **Dispensa-se comunicação mediante correspondência física. Assim a empresa CONTRATADA se responsabiliza pela manutenção e funcionamento do endereço eletrônico fornecido através de declaração solicitada no edital que originou o presente instrumento**
- I- **A CONTRATADA** em situação de recuperação judicial/extrajudicial deverá comprovar o cumprimento das obrigações do plano de recuperação judicial/extrajudicial sempre que solicitada pela Administração e, ainda, na hipótese de substituição ou impedimento do administrador judicial, comunicar imediatamente, por escrito, à Administração.
- J- A **CONTRATADA** deverá assumir integral responsabilidade pela execução dos serviços e dos eventuais danos deles decorrentes, de acordo com as normas do Instrumento Contratual e demais documentos que o integram;
- K- Realizar o objeto que lhe foi adjudicado, de acordo com a proposta apresentada e normas legais, ficando ao seu cargo todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus da CONTRATANTE, observando sempre os critérios dos serviços a serem prestados;
- L- Efetuar a entrega dos itens/materiais e/ou prestar os serviços em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta.
- M- Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- N- Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, montagem, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na prestação dos serviços.
- O- **Obrigações específicas para execução dos serviços:**

#### **Fase de Execução**

- A execução abrange:
- **Manutenção corretiva:** Compreendendo as manutenções a serem realizadas mediante as necessidades da Administração, dentro do escopo dos serviços já predeterminados em termo de referência.
- **Fornecimento de Peças:** Compreende o fornecimento de peças de ar condicionado necessárias para os serviços de manutenção corretiva, a fim de prover a continuidade na utilização dos aparelhos.
- **Fase de Uso**
- Após a execução, o objeto entra em fase de operação, com foco em longevidade e gestão preventiva;
- A solução proposta configura-se como um serviço de manutenção e fornecimento de peças de aparelhos de ar condicionado a serem executadas de acordo com as necessidades da administração. Nesse sentido, define-se como a caracterização do presente serviço sendo de forma contínua, visto que são voltados para o atendimento às necessidades públicas permanentemente, e que cujo o contrato não se exaure com uma única prestação, pois são cotidianamente requisitados para o andamento normal das atividades do ente.
- **Garantia Contratual (Obrigatória):** A Contratada estará obrigada a prestar assistência técnica corretiva e promover a reparação de quaisquer defeitos ou vícios redibitórios comprovados, sejam eles decorrentes da má execução do serviço ou da qualidade inferior dos materiais aplicados.

#### **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21).**

#### **Dos aparelhos e serviços:**

- Os aparelhos nos quais se tratam como objeto da presente licitação são os elencados conforme planilha abaixo:

<b>Aparelhos/BTUs</b>	<b>Quantidades</b>
9.000	247
12.000	268
18.000	221
22.000	13
24.000	525
28.000	3
30.000	21
36.000	617
37.000	4
48.000	5
60.000	42
<b>Total:</b>	<b>1966</b>

#### **DA PADRONIZAÇÃO POR CATEGORIAS E DO REMANEJAMENTO DE QUANTITATIVOS**



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)





- A execução dos serviços de manutenção corretiva e o fornecimento de peças observarão a metodologia de **Categorias de Referência por Faixa de Potência**, visando à padronização administrativa e à eficiência operacional, nos termos do art. 43 da Lei nº 14.133/2021.
- A **CONTRATADA** aceita e vincula-se à seguinte **Tabela de Equivalência**, devendo realizar a manutenção e o faturamento de equipamentos com capacidades intermediárias ou descontinuadas de acordo com o preço unitário do Item de Referência correspondente:

• <b>Item de Referência 9.000 BTUs:</b> Abrange equipamentos de 7.000 a 10.500 BTUs;
• <b>Item de Referência 12.000 BTUs:</b> Abrange equipamentos de 11.000 a 14.000 BTUs;
• <b>Item de Referência 18.000 BTUs:</b> Abrange equipamentos de 15.000 a 20.000 BTUs;
• <b>Item de Referência 22.000/24.000 BTUs:</b> Abrange equipamentos de 21.000 a 26.000 BTUs;
• <b>Item de Referência 36.000/37.000 BTUs:</b> Abrange equipamentos de 30.000 a 42.000 BTUs;
• <b>Item de Referência 60.000 BTUs:</b> Abrange equipamentos de 48.000 a 75.000 BTUs.

A Administração poderá, por meio de decisão fundamentada e no interesse do serviço público, realizar o **remanejamento de quantitativos** entre os itens da planilha, para suprir variações na frota de equipamentos (como substituições de aparelhos por potências distintas ou novas instalações), desde que:

- I. Haja justificativa técnica que comprove a necessidade de alteração qualitativa ou quantitativa para a continuidade do serviço;
- II. Seja preservado o valor global da contratação, observando-se, em caso de acréscimos que superem o valor original, os limites de aditamento previstos no art. 124 da Lei nº 14.133/2021;
- III. Seja mantida a vantajosidade econômica e o percentual de desconto médio obtido no certame licitatório, vedada a transposição de quantitativos que resulte em "jogo de planilha" ou desequilíbrio contratual em favor do Município.

As alterações de quantitativos entre os itens de referência que não impliquem em aumento do valor global do contrato serão formalizadas mediante **apostilamento**, conforme autorizado pelo art. 136 da Lei nº 14.133/2021, dispensando-se a celebração de termo aditivo para este fim específico.

A **CONTRATADA** obriga-se a manter os registros atualizados de cada intervenção, identificando a potência real do equipamento atendido e o respectivo item de referência utilizado para fins de medição e liquidação da despesa.

#### Dos serviços:

A **manutenção corretiva** é fundamental para garantir o desempenho, a segurança e a durabilidade do equipamento ao longo do tempo. Deverá a contratada apresentar as seguintes documentações como condições **para início da execução dos serviços**:

- Indicação do responsável técnico referente aos serviços contratados;
- Documento formal com indicação expressa de números de telefones (comerciais, técnicos, emergência), e endereço de e-mail para realização dos chamados;
- Caso ocorra a substituição do Responsável Técnico durante a vigência do contrato, a empresa deverá submeter à aprovação do CONTRATANTE;

#### Da manutenção corretiva:

A manutenção corretiva compreenderá o reparo imediato de falhas, panes e defeitos gerais, visando ao restabelecimento pleno do funcionamento dos equipamentos de climatização, incluindo, sem prejuízo da inclusão de outros serviços necessários, os seguintes:

Descrição dos Serviços
Reparo imediato de falhas e panes gerais, com substituição de peças defeituosas, quando necessário
Correção de vazamento de gás refrigerante R22, R410A e R32, com soldagem, teste de estanqueidade e recarga quando necessário
Recuperação e revisão de tubulações, conexões, drenos e isolamento
Troca de componentes elétricos e eletrônicos, cabo de interligação relés, termostato e sensores.
Reparo em compressores, ventiladores e unidades condensadoras/evaporadoras
Inspeção técnica completa para identificação de defeitos.
Teste operacional de performance.
Localização de ruídos anormais, vibrações e superaquecimento.
Correção e soldagem de tubulações de cobre.



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)





Remoção de obstruções em capilares e válvulas de expansão.
Reposição de fluido refrigerante (quando previsto).
Deteção de vazamentos com teste de pressão e nitrogênio.
Recuperação de isolamento térmico deteriorado.
Troca e/ou reparo de placas eletrônicas.
Substituição de sensores de temperatura/degelo.
Troca e instalação de motores ventiladores (evaporadora/condensadora).
Reparo em compressores (quando tecnicamente viável).
Substituição de capacitores, relés, contator e protetores térmicos.
Readequação de cabeamento elétrico, terminais e conectores.
Revisão de aterramento e correção de mau contato elétrico.
Refixação de evaporadoras e condensadoras com risco de queda.
Troca e desobstrução de dreno.
Reparo ou substituição de bandeja de condensação.
Conserto de suportes metálicos, perfis e buchas.
Reinstalação do equipamento quando necessário para reparo interno.
Correção de alinhamento do equipamento para evitar gotejamento.
Reprogramação e pareamento de controles remotos.
Troca de receptores IR e placas de interface.
Reset de sistemas inverter e teste de comunicação.
Ajuste de sensores para evitar congelamento.
Substituição de pressostatos de alta/baixa pressão (em modelos com o componente).
Troca de termistores e sensores NTC/ETC.
Revisão de sistema inverter com análise de drivers de potência.
Substituição ou reparo de transformadores internos.
Readequação de terminais e reaperto em todo o circuito.
Eliminação de ruídos em evaporadoras por desgaste de buchas, rolamentos e turbinas
Correção de vibração excessiva com reaperto e troca de fixadores.
Desobstrução total de linha de dreno com limpeza de sifão quando existir.
Substituição ou reparo de suporte de condensadora danificado, incluindo troca completa quando houver risco estrutural.

Todos os serviços descritos acima integram o escopo da manutenção corretiva, estando incluídos nos serviços contratados, vedada qualquer cobrança adicional ou individualizada, inclusive para serviços de soldagem, testes, carga ou recarga de gás refrigerante, deslocamentos, mão de obra, ferramentas, equipamentos e insumos necessários à perfeita execução do objeto.

**Do relatório de serviços de manutenção corretiva:**

- Toda e qualquer intervenção da contratada deverá ser documentada em um relatório técnico de prestação de serviço;



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)





- Cada Relatório Técnico de Manutenção deverá constar a localidade, prédio e aparelho em que foram realizados os serviços, bem como, informar se foi relativo à manutenção corretiva;
- O Relatório Técnico de Manutenção será circunstanciado e individualizado por aparelho, constando listagem dos serviços realizados e das peças substituídas contendo descrição completa e detalhada de cada peça, junto com seu fabricante/ modelo e número de identificação de modelo, bem como a provável causa da falha ou defeito apresentado;
- Ao longo do contrato a forma de apresentação do relatório poderá ser revisada pela CONTRATANTE a qualquer tempo, inclusive com relação ao meio físico ou *online* por plataforma que permita acesso compartilhado;
- **Cumpra ressaltar, que a fim de que seja assegurado a prestação dos serviços e harmonia sobre a execução do contrato, a empresa contratada deverá realizar os seguintes serviços adicionais:**
  - Consultoria Técnica e Suporte:
  - Fornecimento de informações técnicas sobre especificações e aplicações.
  - Suporte técnico para identificação e seleção adequada de peças.
  - Logística abrangente, incluindo opções de entrega expressa.
- **A CONTRATADA deverá cumprir com o cronograma de manutenções, estando a disposição para atendimento sobre as possíveis alterações do período a ser executado, tendo em vista que atenderá as necessidades da Administração, considerando a demanda e atividades a serem realizadas, ocasionando em que o mesmo poderá necessitar da troca de peças e dos serviços de manutenção antes ou depois dos prazos estabelecidos na ordem de serviço;**

#### **Das peças:**

- As peças a serem adquiridas deverão ser de qualidade original ou genuína;
- É obrigatório o uso de peças e acessórios novos, originais ou genuínos, sendo vedado o uso de itens reconicionados ou usados, salvo autorização técnica expressa da CONTRATANTE.
- **As peças originais serão consideradas as que sejam da mesma marca/fabricante do equipamento. Essas peças são fornecidas diretamente pelo fabricante.**
- As peças genuínas serão consideradas as fabricadas por fornecedores autorizados que produzem peças para o fabricante ou que seguem as especificações do fabricante do equipamento.
- O termo "genuíno" destaca a autenticidade da peça em relação à marca original.
- **Dentre as diversas peças a serem repostadas, enfatiza-se desde já o fornecimento sobre alguns modelos, sem prejuízo da inclusão de outros itens, conforme planilha a seguir:**

DESCRIÇÃO
Tubo Cobre Aplicação: Ar Condicionado, Tipo Flexível Sem Costura, Diâmetro Nominal: 1/4 Pol, Rolo De 15 Metros.
Tubo Cobre Aplicação: Ar Condicionado, Tipo Flexível Sem Costura, Diâmetro Nominal: 3/8 Pol, Rolo De 15 Metros.
Tubo Cobre Aplicação: Ar Condicionado, Tipo Flexível Sem Costura, Diâmetro Nominal: 1/2 Pol, Rolo De 15 Metros.
Tubo Cobre Aplicação: Ar Condicionado, Tipo Flexível Sem Costura, Diâmetro Nominal: 5/8 Pol, Rolo De 15 Metros.
Tubo Cobre Aplicação: Ar Condicionado, Tipo Flexível Sem Costura, Diâmetro Nominal: 3/4 Pol, Rolo De 15 Metros.
Tubo Cobre Aplicação: Ar Condicionado, Tipo Flexível Sem Costura, Diâmetro Nominal: 7/8 Pol, Rolo De 15 Metros.
Tubo Isolante Térmico, Esponjoso 1/4, 2 Metros, Anti Chamas
Tubo Isolante Térmico, Esponjoso 3/8, 2 Metros, Anti Chamas
Tubo Isolante Térmico, Esponjoso 1/2, 2 Metros, Anti Chamas
Tubo Isolante Térmico, Esponjoso 5/8, 2 Metros, Anti Chamas
Tubo Isolante Térmico, Esponjoso 3/4, 2 Metros, Anti Chamas
Suporte Para Condensadora De 7.000 A 75.000 Btus.
Suporte Para Evaporadora De 7.000 A 75.000 Btus
Capacitor Para Ar-Condicionado 25 Uf 450vac
Capacitor Para Ar-Condicionado 30 Uf 450vac
Capacitor Para Ar-Condicionado 35 Uf 450vac
Capacitor Para Ar-Condicionado 40 Uf 450vac
Capacitor Para Ar-Condicionado 45 Uf 450vac
Capacitor Para Ar-Condicionado 50 Uf 450vac
Capacitor Para Ar-Condicionado 60 Uf 450vac
Capacitor Para Ar-Condicionado 70 Uf 450vac
Fluido Refrigerante R22 13,6 Kg
Fluido Refrigerante R410a 11,34 Kg
Fluido Refrigerante R32 9,3 Kg
Joelho Pvc Soldável 3/4
Tê Pvc Soldável 3/4
Curva Pvc Soldável 3/4
Abraçadeira Para Tubo Pvc 3/4
Abraçadeira Tipo (U) 3/4





Abraçadeira Tipo (U) 1 Polegada
Cano Pvc Soldável 3/4 25 mm 6 Metros
Cola De Tubo Pvc 175g
Cabo Flexível 2,5 Mm 100 M
Cabo Flexível 4 Mm 100 M
Cabo Flexível Pp 2,5 Mm 100 M
Cabo Flexível Pp 4 Mm 100 M
Terminal Forquilha 2,5 Mm Garfo Pré Isolado, Kit Com 100
Terminal Forquilha 4 Mm Garfo Pré Isolado, Kit Com 100
Parafuso Philips 6 mm Caixa Com 100 Unidade
Burcha 6 mm Caixa Com 100 Unidade
Parafuso Philips 8 mm Caixa Com 100 Unidade
Burcha 8 mm Caixa Com 100 Unidade
Parafuso Philips 10 mm Caixa Com 100 Unidade
Burcha 10 mm Caixa Com 100 Unidade
Barra Roscada De 1 Com 100 Porcas E 100 Arruelas
Bactericida Aromatizador Para Ar Condicionado Split
Detergente Desincrustante Para Ar Condicionado Split
Fita De Acabamento Pvc Branca Para Ar Condicionado 10 Metros X 100 mm
Fita De Acabamento Pvc Preta Para Ar Condicionado 10 Metros X 100 mm
Fita Aluminizada Para Ar Condicionado 48 mm X 45 Metros
Fita Isolante Multiuso Branca 48 mm X 50 Metros
Fita Silver Tape 45 mm X 5 Metros
Fita Isolante 19 mm X 20 Metros
Fita Isolante Auto fusão 19 mm X 5 Metros
Vareta De Solda Prata Com No Mínimo 1,59 Mm
Cilindro De Gás Mapp Com 400 Gramas
Abraçadeira Em Nylon ( Enforca Gato) 4,8 Cm X 300 mm Com 100 Unidade
Limpa Contato Spray 300 Ml
Desengripante Spray 300 Ml
Controle Universal Para Ar Condicionado Elgin, Gree, Tcl, Agratto

#### **Do local dos serviços:**

- Os serviços de manutenção corretiva dos aparelhos de ar condicionado, serão executados preferencialmente em dias e horários comerciais, de segunda-feira a sexta-feira das 08h:00min às 18h:00min, nos locais determinados pela administração. Entretanto, a CONTRATADA deverá também, atender aos chamados de emergência de manutenção corretiva, conforme como for especificado em Ordem de Serviço;
- Os serviços de manutenção corretiva deverão ser executados preferencialmente nos locais onde estiverem instalados os aparelhos, exceto quando a natureza do reparo exigir a retirada do aparelho para conserto em bancada;
- Quando os aparelhos apresentarem problemas em locais em que não há estrutura coberta, deverá a contratada, disponibilizar equipe para reparos no local.**
- Da execução dos serviços e do (s) orçamento (s):**
  - A CONTRATADA irá realizar os serviços de manutenção de acordo com a necessidade da Administração. Os serviços podem vir a ocorrer de acordo com o calendário/agendamento programado para o equipamento, ou de forma imediata, ao ocorrer ou demandar os serviços de manutenção corretiva enquadrados de acordo com o estabelecido em contrato;
  - O prazo para execução dos serviços de manutenção corretiva, bem como do fornecimento das peças será determinado na aprovação de cada orçamento, sendo o prazo mínimo a ser estipulado pela CONTRATANTE de 24 (vinte e quatro) horas a partir da aprovação do orçamento;
  - A CONTRATADA deverá fornecer garantia de no mínimo 90 (noventa) dias sobre os serviços prestados e sobre as peças empregadas nos serviços de manutenção e fornecimento;
  - Se, durante a execução dos serviços, forem identificados outros defeitos que impliquem em aumento de serviços, peças ou acessórios, a CONTRATADA deverá informar o fato a CONTRATANTE, atualizando o respectivo orçamento e submetendo-o à aprovação;
  - Quaisquer testes pós-manutenção que exijam saída dos limites do pátio da empresa da CONTRATADA só poderão ser realizados COM O ACOMPANHAMENTO DO PREPOSTO DESIGNADO PELA CONTRATANTE;
  - No momento de devolução dos equipamentos devidamente reparados, a CONTRATADA deverá devolver a CONTRATANTE as peças e/ou acessórios que forem substituídos por ocasião dos serviços executados quando assim for necessário e exigido pela CONTRATANTE;
  - Deverão ser aplicados apenas lubrificantes dos tipos especificados pelos fabricantes do objeto;
  - O prazo para elaboração dos orçamentos referente aos serviços ou peças não poderá ser superior a 24 (vinte e quatro) horas;
  - Nos preços a serem orçados estarão inclusas todas as parcelas relativas aos custos do frete, EPI's, seguro, taxas, impostos, e demais encargos incidentes;
  - A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR, NO MÍNIMO, 03 (TRÊS) ORÇAMENTOS VÁLIDOS E CONTEMPORÂNEOS PARA CADA OBJETO (SERVIÇO OU PEÇA) NECESSÁRIO À EXECUÇÃO CONTRATUAL. É VEDADA A APRESENTAÇÃO DE COTAÇÕES EMITIDAS POR EMPRESAS FILIAIS, REVENDEDORES OU ORGANIZAÇÕES QUE POSSUAM VÍNCULOS SOCIETÁRIOS, COMERCIAIS, TÉCNICOS OU FAMILIARES**



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)





(PARENTESCO EM LINHA RETA, COLATERAL OU POR AFINIDADE, ATÉ O TERCEIRO GRAU) COM A CONTRATADA OU ENTRE SI, SOB PENA DE NULIDADE DA COTAÇÃO E SANÇÃO ADMINISTRATIVA.

- O PREÇO DE REFERÊNCIA SERÁ OBTIDO PELA MÉDIA ARITMÉTICA SIMPLES DAS COTAÇÕES VÁLIDAS ACEITAS PELA ADMINISTRAÇÃO. SOBRE ESTE VALOR MÉDIO, INCIDIRÁ O PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO NA LICITAÇÃO, DEFININDO-SE ASSIM O PREÇO FINAL DE EXECUÇÃO. JUNTO ÀS COTAÇÕES, A CONTRATADA DEVERÁ ANEXAR, OBRIGATORIAMENTE, DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO ENTRE AS EMPRESAS COTANTES.
- **Subcláusula Primeira – Da Tabela de Referência Trimestral**
  - Para otimização administrativa de itens e serviços recorrentes, a Administração poderá instituir Tabela de Referência com validade de 90 (noventa) dias;
  - A CONTRATADA deverá apresentar 03 (três) orçamentos para cada item integrante da lista referencial no início de cada trimestre;
  - A Administração poderá realizar pesquisa própria para validar se os orçamentos estão condizentes com o mercado;
  - III. Após aprovada, a tabela servirá de base para as ordens de serviço/fornecimento do período, aplicando-se o desconto licitado sobre o valor constante;
- **Subcláusula Segunda – Dos Objetos Não Listados**
  - **Para objetos não constantes na tabela trimestral, aplica-se o rito individual:**
  - Apresentação de 03 (três) orçamentos pela CONTRATADA, com incidência do desconto sobre a média apurada;
  - É dever do Fiscal do Contrato conferir a veracidade e a idoneidade das cotações apresentadas antes de qualquer aprovação ou autorização de despesa.
- Os orçamentos deverão ser enviados de maneira formal, por e-mail ou ofício indicado pela Administração;
- **A CONTRATANTE poderá realizar a pesquisa de mercado a fim de avaliar os preços propostos pela CONTRATADA com o objetivo de que seja averiguado a confiabilidade e realidade do mercado sobre os preços dos serviços e peças apresentados e/ou necessários para a manutenção a ser realizada;**
- O preço proposto pela CONTRATADA para a execução do objeto desta licitação deverá ser compatível com o valor de mercado, considerando-se os custos de materiais, mão de obra, encargos sociais e demais despesas inerentes à execução do serviço.
- **Em caso de divergência entre o preço proposto pela CONTRATADA e o valor de mercado, a Administração poderá solicitar a apresentação de notas fiscais, comprovantes ou demais documentos que demonstrem a validade do preço apresentado, incluindo, mas não se limitando a:**
  - Demonstrarão o custo dos materiais utilizados na execução do objeto da licitação.
  - Demonstrarão o custo da mão de obra utilizada na execução do objeto da licitação.
  - Demonstrarão os custos fixos e variáveis da CONTRATADA, incluindo encargos sociais, impostos e outras despesas.
  - A Administração poderá solicitar outros documentos que julgar necessários para a comprovação do preço proposto pela CONTRATADA.
  - Caso a CONTRATADA se recuse a praticar o valor de mercado, ou não apresente a documentação comprobatória solicitada, a Administração poderá considerar o menor valor apurado em pesquisa de mercado, realizada por meio de consulta a fornecedores idôneos e devidamente qualificados, para fins de adjudicação do objeto da licitação.
  - A aceitação do preço proposto pela CONTRATADA, após a análise da documentação comprobatória, será formalizada por meio de ordem de serviço/fornecimento ou instrumento equivalente.
  - A revisão de preços, caso aplicável, será realizada de acordo com as disposições do edital e da legislação vigente.
  - A CONTRATADA que apresentar preço incompatível com o valor de mercado, ou não apresentar a documentação comprobatória solicitada, estará sujeita às penalidades de inexecução contratual previstas no instrumento contratual e conforme previstos na NLLC 14.133/2021;
  - A CONTRATANTE poderá recusar o orçamento, pedir sua revisão ou aceitá-lo parcialmente, comprometendo-se a CONTRATADA a executar o que for aprovado.

#### **Dos custos:**

- Todos os insumos necessários para a prestação dos serviços, fornecimento de peças, orçamentos, e outros fatores que por assim sejam requisitados ocorrerão por conta da CONTRATADA, o que inclui entrega no local indicado pela CONTRATANTE, transporte, bem como utilização de equipamentos e pessoal ou o que for necessário, sendo que não poderá haver nenhuma reclamação por parte da CONTRATADA, no sentido de cobranças ou ressarcimentos relativos a tal assunto.

#### **Sustentabilidade:**

- Dentre os possíveis impactos ambientais relacionados ao objeto da presente contratação, é essencial considerar medidas mitigadoras. Aqui estão alguns possíveis impactos e sugestões de medidas mitigadoras para o caso em questão:

##### **1. Impacto: Consumo de Energia**

- **Medida Mitigadora:** Implementação de práticas de manutenção preventiva para otimização do desempenho energético, incluindo a limpeza regular de componentes. Além disso, o investimento em tecnologias de ar condicionado mais eficientes e o uso de fontes de energia renovável podem contribuir significativamente para a redução do consumo energético.

##### **2. Impacto: Emissões de Gases de Efeito Estufa**



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)







- **Medida Mitigadora:** Priorização de fornecedores locais para minimizar a pegada de carbono associada ao transporte. Adicionalmente, a escolha de métodos de manutenção que reduzam o uso de processos geradores de emissões, juntamente com a compensação de emissões por meio de iniciativas de neutralização de carbono, são medidas eficazes para mitigar esse impacto.

### 3. Impacto: Descarte de Resíduos

- **Medida Mitigadora:** Implementação de um sistema de gerenciamento de resíduos que inclua a separação e destinação adequada de materiais recicláveis. A preferência por peças e materiais com embalagens sustentáveis, juntamente com a participação em programas de reciclagem, contribui para o descarte responsável dos resíduos gerados durante a manutenção.

### 4. Impacto: Uso de Substâncias Químicas

- **Medida Mitigadora:** Escolha criteriosa de fluidos refrigerantes e lubrificantes ambientalmente amigáveis, aliada à implementação de boas práticas de manuseio de substâncias químicas. O treinamento adequado dos profissionais envolvidos na manutenção é fundamental para garantir a manipulação segura desses materiais.

### 5. Impacto: Eficiência Energética

- **Medida Mitigadora:** Implementação de políticas de gestão de energia que incentivem práticas de manutenção preventiva para garantir a eficiência do sistema. Além disso, o investimento em tecnologias de controle e monitoramento pode otimizar o consumo de energia do sistema de ar condicionado, contribuindo para uma operação mais sustentável.

Essas medidas mitigadoras podem contribuir para minimizar os impactos ambientais associados à prestação de serviços de manutenção e fornecimento de peças, tornando o processo mais sustentável e alinhado com as práticas ambientais responsáveis.

#### Subcontratação:

- **É vedada a subcontratação total** do objeto deste instrumento
- Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau
- A possibilidade de subcontratação somente caberá à **prestação dos serviços de manutenção (ITEM II), tendo como limite de contrato à subcontratada o percentual de 50% (cinquenta por cento) do valor recursal destinado aos serviços de manutenções.**
- A subcontratação dependerá da autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto;
- Havendo subcontratação conforme a possibilidade supramencionada, **a empresa subcontratada estará subordinada a todas as exigências da CONTRATADA.**
- **A CONTRATADA deve providenciar e apresentar à FISCALIZAÇÃO, a cópia do contrato celebrado.**
- É vedada a subcontratação de empresa declarada inidônea ou suspensão de licitar com órgão da Administração Pública e que apresente irregularidades fiscais;
- **Em qualquer hipótese permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão das atividades desempenhadas pela subcontratada, bem como responder perante a contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais.**
- **Especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança:**
- A especificação dos itens segue conforme o exposto na Planilha Orçamentária de Referência, vide anexo I.
- **Especificação da garantia exigida dos itens e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso:**
- A presente contratação possui como solução o atendimento sobre as necessidades cabíveis a manutenções e reposição de peças referente aos aparelhos de ar condicionado dispostos nos prédios públicos da Prefeitura Municipal de Mata de São João. Haja vista que a incessante utilização dos equipamentos necessita de manutenção e averiguação para manter as condições adequadas para a sua utilização e preservação.
- A prestação dos serviços de manutenções corretivas, abrangendo os modos nos quais derivam, como no caso da qualidade do ar, eficiência energética, sustentabilidade ambiental e demais composições destes sistemas, corrobora com a importância e notoriedade da gestão pública em preservar o seu patrimônio, com a adequação de serviços de





qualidade e peças a serem fornecidas de acordo com a sua compatibilidade e atendimento. Essa metodologia disposta no presente processo prevê a integridade da gestão em comprometer-se com os bens e atendimento dos serviços para com a sociedade.

- A CONTRATADA deverá fornecer garantia de no mínimo 90 (noventa) dias dos serviços e peças empregados nos serviços de manutenção e fornecimento;
- Pelo presente serviço se tratar à manutenção do objeto e fornecimento de peças, relaciona-se à assistência técnica as seguintes pontuações:
  - **Assistência técnica:**
    - Atendimento rápido a chamados de emergência.
    - Disponibilidade de profissionais qualificados para realizar diagnósticos precisos.
    - Estabelecimento de um canal de comunicação eficiente para solicitação de assistência técnica.
    - Registro e documentação detalhada de todas as intervenções realizadas.
  - **Conformidade com Normas e Regulamentações:**
    - Garantia de que as peças fornecidas atendem às normas e regulamentações de segurança e meio ambiente.
  - **Garantia de Peças:**
    - Garantia clara sobre a qualidade e durabilidade das peças fornecidas.
    - Procedimentos estabelecidos para lidar com peças defeituosas ou que não atendem aos padrões de qualidade.
  - **Peças Originais ou Equivalentes:**
    - Especificação clara no contrato sobre o tipo de peças a serem utilizadas (originais do fabricante, peças de fabricantes aprovados ou equivalentes de qualidade).
- Cumpre ressaltar, que a fim de que seja assegurado a prestação dos serviços e harmonia sobre a execução do contrato, a empresa contratada deverá realizar os seguintes serviços adicionais:
  - - Consultoria Técnica e Suporte:
  - - Fornecimento de informações técnicas sobre especificações e aplicações.
  - - Suporte técnico para identificação e seleção adequada de peças.
  - - Logística abrangente, incluindo opções de entrega expressa.

#### **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no contrato e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
  - Fornecer os itens descritos, de forma eficiente e adequada e de acordo com a proposta apresentada, bem como responsabilizar-se pela boa execução e eficiência dos serviços que executar, atendendo tão somente à **Ordem de Fornecimento e Ordem de serviço** emitida;
  - Os serviços de manutenção deverão ser realizados conforme requisitado pela Administração e previamente descritos no Termo de Referência e neste instrumento, sendo contemplado as manutenções corretivas, dentre outros que se fizerem necessário, além de que, ocorrendo a necessidade da reposição de peças, estas sempre deverão ser originais ou genuínas;
  - Receber o preço estipulado;
  - Manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
  - Qualquer avaria causada durante a entrega do objeto à CONTRATANTE deverá ser imediatamente corrigido/substituído, ficando os custos por conta da CONTRATADA;
  - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, no caso das peças sendo estas novas, todos no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações mínimas da especificação;
  - Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto;
  - A CONTRATADA deverá cumprir com o cronograma de manutenções, estando a disposição para atendimento sobre as possíveis alterações do período a ser executado, tendo em vista que atenderá as necessidades da Administração, considerando a demanda e atividades a serem realizadas, ocasionando em que o mesmo poderá necessitar da troca de peças e dos serviços de manutenção antes ou depois dos prazos estabelecidos na ordem de serviço;
  - Após a execução dos serviços, a CONTRATANTE designará preposto para vistoriar o equipamento. Caso não ocorra o aceite do serviço, o CONTRATANTE fará o respectivo registro e a CONTRATADA deverá corrigir de imediato as anormalidades apontadas, sem ônus para a CONTRATANTE;





- A vistoria do CONTRATANTE será executada de segunda à sexta-feira, das 07h às 18h, e aos sábados, das 07 h às 13h, podendo haver possíveis alterações de acordo com o ciclo da jornada de trabalho;
- A CONTRATADA deverá manter preposto (s) no seu (s) nos horários predeterminados pela CONTRATANTE para acompanhamento da fiscalização;
- **No caso de constatação de defeito ou mau funcionamento das peças, materiais ou acessórios empregados** na manutenção, fica a CONTRATADA obrigada a realizar a correção do serviço, com a substituição do item falho, sem ônus para a CONTRATANTE. O prazo para o início dos trabalhos de correção será imediato;
- No caso de danos causados aos aparelhos, enquanto na guarda da CONTRATADA, todos os reparos necessários serão de responsabilidade da CONTRATADA;
- A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, **os serviços efetuados** em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- A CONTRATADA deverá executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- A concessão de férias coletivas por parte da CONTRATADA aos seus funcionários, não poderá eximir a obrigação de manter estrutura mínima para atendimento da demanda da CONTRATANTE;
- O responsável técnico deverá elaborar relatório técnico detalhado sobre os serviços prestados referente ao objeto, sendo este documento emitido por cada serviço. O relatório poderá conter documentos com fotos, identificando os serviços efetuados e peças trocadas;
- Deverá a contratada disponibilizar equipamentos, maquinários e insumos próprios, utilizando os materiais adequados e de qualidade a execução dos serviços;
- Comunicar a Prefeitura Municipal de Mata de São João os eventuais casos fortuitos ou fatos supervenientes, dentro do **prazo de 02 (dois) dias corridos**, após a verificação do fato e apresentar os documentos para a respectiva comprovação **em até 05 (cinco) dias consecutivos**, a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados;
- Responder por todos os danos e prejuízos decorrentes da paralisação na prestação dos serviços de manutenção, salvo na ocorrência de caso fortuito ou fatos supervenientes, sem que haja culpa da CONTRATADA, desde que devidamente apurados, na forma da legislação vigente e sejam comunicados a Prefeitura Municipal de Mata de São João **no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos** da ocorrência;
- Assumir todos os gastos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes deste Contrato;
- As peças e suas quantidades, bem como o número de serviços a serem executados deverão corresponder ao efetivamente necessário para a realização da respectiva manutenção do equipamento, devendo a contratada abster-se de propor peças, serviços em desacordo com o empregado em cada caso concreto;
- Caso haja discrepância nos serviços apresentados para a execução de serviços a CONTRATADA deverá solicitar por escrito a alteração, apresentando justificativas fundamentadas, e somente poderá realizar o serviço mediante prévia autorização da CONTRATANTE;
- **A CONTRATADA deverá fornecer garantia de no mínimo 90 (noventa) dias dos serviços e peças empregados nos serviços de manutenção e fornecimento;**
- Se durante a execução dos serviços, forem identificados outros defeitos que impliquem em aumento de serviços, peças ou acessórios, a CONTRATADA deverá informar o fato a CONTRATANTE submetendo-o à aprovação;
- A CONTRATADA deverá devolver a CONTRATANTE as peças e/ou acessórios que forem substituídos por ocasião dos serviços executados quando assim for necessário e exigido pela CONTRATANTE;
- Seguindo o disposto no parágrafo anterior, não ocorrendo à devolução das peças e/ou acessórios que forem substituídos, a falta de devolução de algum item substituído incorrerá no não atesto da execução dos serviços e, consequentemente, na negativa do seu pagamento;
- Sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá manter responsável técnico devidamente habilitado para análise conjunta com o preposto da CONTRATANTE, visando aprovação prévia dos serviços a serem realizados, bem como da aprovação da relação de peças a serem substituídas;
- Para peças repostas que possuam maior relevância de preço e para o funcionamento dos veículos será solicitada a garantia mínima do fabricante, ficando a cargo da CONTRATADA a sua substituição junto ao fabricante;
- Nos preços a serem orçados estarão inclusas todas as parcelas relativas aos custos do frete, EPI's, seguro, taxas, impostos, e demais encargos incidentes;





- Obriga-se também a CONTRATADA por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais, inclusive trabalhistas, que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do presente Contrato;
- A CONTRATADA deverá prestar esclarecimentos a SEOSP - Secretaria de Obras e Serviços Públicos sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolva independentemente de solicitação;
- Cabe à CONTRATADA zelar pela limpeza e organização do ambiente onde a equipe técnica estiver realizando serviços, de modo que sejam reduzidos os transtornos à rotina laboral da Unidade, devendo proteger o mobiliário, documentos e equipamentos da poeira, água e outros agentes poluentes gerados durante os serviços;
- A retirada, quando necessária, e a entrega de qualquer um dos componentes será de responsabilidade da CONTRATADA, devendo, no entanto, ser precedida de autorização do Fiscal do Contrato;
- Disponibilizar equipamentos, maquinários e insumos próprios, utilizando os materiais adequados e de qualidade a execução dos serviços;
- O prazo para elaboração dos orçamentos referente aos serviços ou peças não poderá ser superior a 24 (vinte e quatro) horas;
- Os orçamentos deverão ser enviados de maneira formal, por e-mail indicado pela Administração;
- Nos preços a serem orçados estarão incluídas todas as parcelas relativas aos custos do frete, EPI's, seguro, taxas, impostos, e demais encargos incidentes;
- A pesquisa de preços realizada deverá conter: Descrição do objeto, valor unitário e total; Número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente; Endereço e telefone de contato e data de emissão; em papel timbrado e devidamente formalizado;
- **A CONTRATANTE poderá realizar a pesquisa de mercado a fim de avaliar os preços propostos pela CONTRATADA** a fim de que seja averiguado a confiabilidade e realidade do mercado sobre os preços dos serviços e peças apresentados e/ou necessários para a manutenção a ser realizada;
- A CONTRATANTE poderá recusar o orçamento, pedir sua revisão ou aceitá-lo parcialmente, comprometendo-se a CONTRATADA a executar o que for aprovado;
- Caso seja necessário o ajuste da proposta de preços, a licitante vencedora **deverá atender a variação de percentual do valor proposto e vencedor em conformidade sua Proposta inicial, observando tal variação também em relação aos valores unitários propostos;**
- Sempre que exigido pela CONTRATANTE, deverá ocorrer à substituição de técnico ou equipe da CONTRATADA, caso a sua atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios para o padrão de serviços exigido;
- A CONTRATADA vincula-se à execução e ao faturamento dos serviços e peças com base em **Categorias de Referência por Faixa de Potência**, aceitando integralmente a Tabela de Equivalência descrita neste instrumento, na qual equipamentos de capacidades intermediárias, específicas ou descontinuadas (como os de 7.000, 7.500, 13.400, 14.000, 20.000, 22.500, 35.160, 38.000, 42.000, 50.000 e 75.000 BTUs) serão atendidos e remunerados pelos preços unitários dos respectivos itens de referência (9.000, 12.000, 18.000, 22.000/24.000, 36.000/37.000 e 60.000 BTUs), facultando-se à Administração, mediante decisão fundamentada e observada a manutenção da vantajosidade econômica e do desconto médio obtido no certame, realizar o remanejamento de quantitativos entre os itens para adequação à necessidade real da frota municipal, formalizando tais alterações por simples **apostilamento** (Art. 136, Lei nº 14.133/2021), desde que não haja acréscimo no valor global contratado, ressalvadas as hipóteses e limites legais de aditamento previstos no Art. 124 da mesma Lei.
- A CONTRATADA deverá ainda:
- Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos e/ou técnicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o prédio da CONTRATANTE para execução do serviço, quando for o caso;
- Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;





- Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; bem como não permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de cada orçamento apresentado, caso o previsto inicialmente nesse orçamento não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados conforme lei federal 14.133/2021.

## II - do CONTRATANTE:

- I. efetuar o pagamento ajustado;
- II. Fiscalizar a execução deste Instrumento Contratual; e
- III. Dar à **CONTRATADA** as condições necessárias à regular execução do Instrumento Contratual.
- IV. Dar ciência à **CONTRATADA** de quaisquer modificações que venham a ocorrer neste Instrumento Contratual.
- V. Verificar e aceitar as Notas Fiscais/ Faturas emitidas pela **CONTRATADA**, recusando-as quando inexatas ou incorretas.
- VI. Manter com a **CONTRATADA**, contatos preferencialmente por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que, entretanto, deverão ser formalizados oportunamente.
- VII. Constatando-se qualquer irregularidade, o responsável pela fiscalização da execução do Instrumento Contratual, deverá de imediato e por escrito, comunicar à secretaria competente, que tomará as medidas pertinentes, consoantes a Lei 14.133/2021.
- VIII. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, designar representantes da Administração, na condição de Gestor e Fiscal do Contrato, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual, registrando em instrumento próprio todas as ocorrências relacionadas à execução e determinando as providências necessárias à regularização de falhas ou irregularidades.
- IX. Manter com a **CONTRATADA** comunicação preferencialmente por escrito, ressalvadas situações de urgência, que deverão ser posteriormente formalizadas para fins de registro administrativo.
- X. Receber, acompanhar e fiscalizar permanentemente os serviços prestados, verificando o cumprimento das especificações técnicas, prazos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.
- XI. Comunicar oficialmente à **CONTRATADA** quaisquer falhas, irregularidades ou defeitos verificados na execução dos serviços, fixando prazo razoável para a sua correção ou regularização.
- XII. Informar à **CONTRATADA** os dados de contato do Gestor e dos Fiscais do Contrato, bem como de seus substitutos, mantendo essas informações atualizadas durante toda a vigência contratual.
- XIII. Atestar as notas fiscais ou faturas apresentadas pela **CONTRATADA**, após a verificação da regular execução do objeto contratual, para fins de processamento do pagamento.
- XIV. Efetuar o pagamento devido à **CONTRATADA** nos prazos e condições estabelecidos no contrato, desde que devidamente comprovada a regular execução dos serviços e observadas as exigências administrativas e legais aplicáveis.

**Parágrafo Único:** É obrigação comum o cumprimento dos prazos avençados neste instrumento.

## CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO

- a) provisoriamente, pelo fiscal técnico e gestor, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, respectivamente, previamente definidos no Instrumento Contratual;
  - b) definitivamente, pelo gestor ou por comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;
- O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Instrumento Contratual, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo Instrumento Contratual.

## CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

- 5.1. A PMMSJ pagará à Contratada, a importância de **R\$** \_\_ ( ), referente ao LOTE \_\_\_\_\_ mediante a apresentação da Nota Fiscal correspondente, devidamente atestada, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, após a liquidação, por meio de Ordem Bancária e de acordo com as condições constantes da proposta e com as demais exigências administrativas em vigor;
- 5.2. O **valor total** deste Instrumento Contratual é de \_\_\_\_\_.
- 5.3. A Ordem Bancária será emitida em nome da **CONTRATADA** para o Banco \_\_\_\_\_, Agência nº. \_\_\_\_\_, Conta Corrente nº. \_\_\_\_\_.
- 5.4. O preço que vigorará no ajuste será o ofertado pela licitante a quem for o mesmo adjudicado.
- 5.5. Este preço inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto, incluindo frete até o local de entrega designado pela Prefeitura, transporte, etc., e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.
- 5.6. A Nota Fiscal de serviço deverá ser emitida em conformidade com a Planilha de Referência do Edital e da proposta do Contratado;



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)





5.7. Nenhum pagamento será efetuado à empresa a ser contratada, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

5.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.9. Deverá acompanhar os seguintes documentos para compor o processo de pagamento no que se refere a execução dos serviços:

- Boletim de Medição dos serviços;
- Deverá ser apresentado o Relatório Fotográfico de ANTES e DEPOIS da execução dos serviços. O relatório fotográfico **DEVE SE ADEQUAR** à NORMA TÉCNICA nº 01/2021 emitida pela Controladoria Geral do Município de Mata de São João/BA.

5.10. Quanto do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.10.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, nota fiscal/fatura, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.10.2. A **CONTRATANTE** antes de efetuar o pagamento poderá verificar a regularidade da **CONTRATADA** junto aos órgãos fazendários e trabalhista, mediante consulta "on line", cujos comprovantes serão anexados ao processo de pagamento.

5.10.3. **No caso de CONTRATADA em situação de recuperação judicial, deverá apresentar declaração, relatório ou documento equivalente de seu administrador judicial, ou se o administrador judicial for pessoa jurídica, do profissional responsável pela condução do processo, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial;**

5.10.4. **No caso de CONTRATADA em situação de recuperação extrajudicial, junto com os demais comprovantes, deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.**

5.11. O valor do Instrumento Contratual oriundo poderá ser reajustado, através de acordo entre as partes, a cada 12 (doze) meses a partir da data da apresentação da proposta, tomando-se por base a variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou na sua falta, de acordo com o índice que legalmente vier a lhe substituir.

5.11.1. A Administração Pública responderá em até 60 (sessenta) dias o pedido de repactuação de preço ou pedido de reequilíbrio econômico, conforme incisos X e XI do art. 92.

5.11.2. A atualização monetária dos pagamentos devidos pela Administração, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes deste processo correrão por conta da seguinte programação financeira, respaldada na Lei nº. 1015/2025:







A Secretária de Administração e Finanças,

Informamos que a dotação orçamentária para a despesa solicitada no presente processo, no valor **R\$ 1.255.631,38**, encontra-se respaldada na Lei nº 1015/2025, de acordo com a demonstração a seguir:

**PMSJ:**

ÓRGÃO/ U. O.	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ/ATIV	DISCRIMINAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE
02-GAPRE 0201-GAPRE	04	122	0002	2006	Manutenção dos Serviços Técnicos e Apoio Administrativo.	3.3.90.30.00 3.3.90.39.00	500 501 753
04-AJM 0402-AJM	04	092	0002	2010	Funcionamento Das Atividades Da Procuradoria Municipal	3.3.90.30.00 3.3.90.39.00	500 501 753
05-CGM 0501-CGM	04	124	0002	2011	Funcionamento Das Atividades Do Controle Interno Municipal	3.3.90.30.00 3.3.90.39.00	500 501 753
06-SECAF 0601-SECAF	04	122	0002	2006	Manutenção dos Serviços Técnicos e Apoio Administrativo.	3.3.90.30.00 3.3.90.39.00	500 501 753
09-SEDUC 0901-SEDUC	12	122	0002	2006	Manutenção dos Serviços Técnicos e Apoio Administrativo.	3.3.90.30.00 3.3.90.39.00	500 501 753
09-SEDUC 0901-SEDUC	12	361	0003	2026	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	3.3.90.30.00 3.3.90.39.00	500 501 753
09-SEDUC 0901-SEDUC	12	365	0003	2027	Manutenção e Desenvolvimento Básico - Creche	3.3.90.30.00 3.3.90.39.00	500 501 753
11-SEMPs 1101-SEMPs	08	122	0005	2055	Gestão das Ações da SEMPS	3.3.90.30.00 3.3.90.39.00	500 501 753
11-SEMPs 1101-SEMPs	14	243	0005	2065	Gestão das Ações do Conselho Tutelar	3.3.90.30.00 3.3.90.39.00	500 501 753
13-SECE 1301-SECE	04	122	0002	2006	Manutenção dos Serviços Técnicos e Apoio Administrativo.	3.3.90.30.00 3.3.90.39.00	500 501 753
14-SETUR 1401-SETUR	23	122	0002	2006	Manutenção dos Serviços Técnicos e Apoio Administrativo	3.3.90.30.00 3.3.90.39.00	500 501 753
15-SEAGRI 1501-SEAGRI	20	122	0002	2006	Manutenção dos Serviços Técnicos e Apoio Administrativo.	3.3.90.30.00 3.3.90.39.00	500 501 753
16-SEDUR 1601-SEDUR	15	122	0002	2006	Manutenção dos Serviços Técnicos e Apoio Administrativo.	3.3.90.30.00 3.3.90.39.00	500 501 753
17-SEDEER 1701-SEDEER	04	122	0002	2006	Manutenção dos Serviços Técnicos e Apoio Administrativo.	3.3.90.30.00 3.3.90.39.00	500 501 753
18-SEOSP 1801-SEOSP	04	122	0002	2006	Manutenção dos Serviços Técnicos e Apoio Administrativo.	3.3.90.30.00 3.3.90.39.00	500 501 753

Saliente que poderá ser utilizado o marcador 1001 para as ações da SEDUC.

**FMAS:**

ÓRGÃO/ U. O.	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ/ATIV	DISCRIMINAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE
11-SEMPs 1102-FMAS	08	244	0005	2058	Gestão do Cadastro Único e Programa Bolsa Família	3.3.90.30.00 3.3.90.39.00	500 660
11-SEMPs 1102-FMAS	08	245	0005	2059	Gestão das Ações de Proteção Social Básica	3.3.90.30.00 3.3.90.39.00	500 660

Informamos a dotação orçamentária, solicitada no presente processo, com o valor de **R\$195.519,42**, de acordo com as demonstrações a seguir:

➤ Lei nº1015/2025:

U. O.	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ/ATIV	DISCRIMINAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE
10.00 SESA 10.01 FMS	10	303	004	2045	FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	3.3.90.30 3.3.90.39	500
		301		2037	FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DA REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE		
		302		2040	FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		
		122	122	2006	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS E APOIO ADMINISTRATIVO		

## CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL e DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

7.1. Este Instrumento Contratual poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:

I - pela inadimplência de uma das partes ao pactuado neste termo, de tal forma que não subsista condições para a continuidade do mesmo;

II - pela superveniência de eventos que impeçam ou tornem inconveniente o prosseguimento de sua execução.



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)



§ 1º. Poderá a **CONTRATANTE**, por meio de comunicação escrita e fundamentada da autoridade competente, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, rescindir este instrumento, desde que haja conveniência administrativa e relevante interesse público, com fulcro no art. 104 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

7.2. Este Instrumento Contratual poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos termos do artigo 124 e seguintes da Lei Federal nº. 14.133/2021.

## CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. A **CONTRATADA** será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do Instrumento Contratual;
- b) dar causa à inexecução parcial do Instrumento Contratual que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; c) dar causa à inexecução total do Instrumento Contratual;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o Instrumento Contratual ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do Instrumento Contratual;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Instrumento Contratual;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.4. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº. 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

8.5. As sanções mencionadas será calculada na forma do edital ou do Instrumento Contratual, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do Instrumento Contratual licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

8.6. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações de dar causa à inexecução parcial do Instrumento Contratual que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; dar causa à inexecução total do Instrumento Contratual; deixar de entregar a documentação exigida para o certame; não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o Instrumento Contratual ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.8. A aplicação das sanções previstas no edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.9. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.10. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.11. A comissão processante mencionada no item 8.10 será formada por 2 (dois) servidores estatutários, ou de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.





**8.11.1.** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**8.11.2.** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**8.11.3.** A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

- a) interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o **caput** deste artigo;
- b) suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- c) suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

**8.12.** Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do **caput** do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

**8.13.** O atraso injustificado na execução do Instrumento Contratual sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em Instrumento Contratual.

**8.14.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Instrumento Contratual com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

**8.15.** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
- f) A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do **caput** do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

**8.16.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de idoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 3 (três) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**8.17.** Caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias úteis da aplicação das sanções de advertências, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à Procuradoria Geral do Município, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**8.18.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado dos autos.

**8.19.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade superior competente.

**8.20.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**8.21.** A multa, no âmbito da Instrumento Contratual poderá ser:

#### 1. Compensatórias:

Destinadas a ressarcir a Administração pelo prejuízo decorrente da inexecução da obrigação principal.

- a) **15% (quinze por cento)** sobre o valor da parte inadimplida, em caso de **inexecução parcial** da obrigação principal, caracterizada pela não entrega de etapas ou resultados previstos;
- b) **20% (vinte por cento)** sobre o valor total do contrato/ata, em caso de **inexecução total** do objeto, após a rescisão contratual.

#### 2. Moratórias (Atraso):

Aplicadas pelo atraso injustificado na execução do objeto.

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, quando o atraso não for superior a 1 (um) mês;
- b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, na entrega de material, calculados desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente a parte inadimplente;





c) 0,33% (trinta e três centésimos por cento), por dia de atraso, na recusa injustificada da assinatura da Ordem de Fornecimento e/ou Ordem de serviço, calculados sobre o valor correspondente da referida Ordem;

d) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) sobre o valor total do contrato ou parcela de pagamento relativa ao evento em caso do não cumprimento do prazo estipulado pela contratante para a execução do (s) serviço (s).

e) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) sobre o valor total do contrato ou parcela de pagamento relativa ao evento em atraso em caso do atraso injustificado ou não apresentação de no mínimo 3 (três) orçamentos mediadores para aprovação da prestação dos serviços e/ou fornecimento das peças;

De caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na execução do objeto do contrato ou na recusa e/ou esgotamento do prazo estimado para assinatura de recebimento das **Ordens de Serviços**, quando será aplicado os seguintes percentuais:

a) Em caso de atraso na execução das prestações de serviços, estará a credora sujeita às seguintes penalidades, sempre relativas ao valor total do contrato ou da parcela de pagamento correspondente ao evento em atraso, independentemente de notificação ou aviso:

- X. 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato;
- XI. 0,7% (sete décimos por cento) por dia de atraso, a partir da data prevista para finalização da ordem de serviço, sobre o valor da ordem de serviço;
- XII. 0,7% (sete décimos por cento) pela não entrega dos materiais retirados nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, sobre o valor da ordem de serviço;
- XIII. 0,5% (meio décimo por cento) pela execução em desacordo com as especificações técnicas descrita neste Termo de Referência, sobre o valor da ordem de serviço;
- XIV. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) do faturamento mensal relativo a serviços de manutenção (do mês de aplicação da multa) por dia de atraso no atendimento de exigência ou recomendação expressa da fiscalização;
- XV. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) do faturamento mensal relativo a serviços de manutenção (do mês de aplicação da multa) por dia de atraso no atendimento de exigência ou recomendação expressa da fiscalização, quando da reincidência. Estas multas também se referem ao descumprimento do prazo de atendimento das solicitações impedidas de execução que forem tratadas;
- XVI. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) do faturamento mensal relativo a serviços de manutenção (do mês de aplicação da multa) por dia de atraso no atendimento de exigência das solicitações;
- XVII. 0,33% (trinta e três centésimos por cento), do faturamento mensal relativo a serviços de manutenção (do mês de aplicação da multa) por dia de atraso no atendimento de reclamações, ou quando do não atendimento informado pelo solicitante.
- XVIII. e) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) sobre o valor total do contrato ou parcela de pagamento relativa ao evento em caso do não cumprimento do prazo estipulado pela contratante para a execução do (s) serviço (s).

**Parágrafo único:** O valor total da multa moratória não poderá, sob nenhuma hipótese, ultrapassar o limite máximo de **30% (trinta por cento)** do valor da parcela inadimplida, resguardando-se os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, em observância ao que dispõe o art. 156, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

### 3. Pela Qualidade/Conformidade:

Aplicadas pela execução em desacordo com os padrões técnicos e de qualidade.

a) **5% (cinco por cento)** sobre o valor da ordem de serviço/medição dos itens afetados, pela **execução do serviço em desacordo com as especificações técnicas, os padrões de qualidade** estabelecidos no Termo de Referência, independentemente de posterior correção ou refazimento, visto o transtorno administrativo causado.

b) **10% (dez por cento)** sobre o valor da ordem de serviço/medição, em caso de **utilização de materiais, insumos ou mão de obra não homologados, inadequados ou em desconformidade** com as normas técnicas ou regulamentares, que comprometam a segurança ou a qualidade final do serviço.

### III – Suspensão temporária:

Proibição de licitar e contratar com a Administração, no âmbito do órgão ou entidade do Poder Executivo Municipal, pelo prazo de até 3 (três) anos, conforme art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021, em casos de descumprimento grave da obrigação ou ocorrência de fraude.

### IV – Declaração de Inidoneidade:

Impedimento de licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta de todos os Entes Federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021, em hipóteses de extrema gravidade, como a prática de atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação, declaração falsa ou inexecução contratual que cause grave prejuízo ao interesse público.

### V – Rescisão unilateral:



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)







Conforme art. 137 da Lei nº 14.133/2021, por inadimplemento que inviabilize a continuidade da execução contratual ou por infrações graves que comprometam a segurança e a qualidade do serviço.

VI – Indenização por perdas e danos:

A CONTRATADA responderá por todos os prejuízos diretos ou indiretos causados à Administração Pública Municipal, incluindo, mas não se limitando a: custos com nova contratação emergencial de serviços, prejuízos decorrentes da paralisação ou interrupção de serviços públicos essenciais, e o custo do refazimento de etapas mal executadas ou refugo de materiais aplicados. O dever de indenizar é independente das multas aplicadas.

#### Disposições Finais e Garantias

- **Responsabilidade Técnica:** A CONTRATADA garante a adequação técnica da **prestação dos serviços e dos resultados** entregues, em conformidade com as normas de segurança, desempenho e a legislação aplicável.
- **Reequilíbrio Econômico-Financeiro:** Fica assegurado à CONTRATADA o direito de pleitear o reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação de fatos supervenientes, imprevisíveis ou de consequências incalculáveis, que onerem a execução contratual.
- **Registro de Penalidades:** As sanções aplicadas, em especial a Suspensão Temporária e a Declaração de Inidoneidade, serão registradas no cadastro municipal e, obrigatoriamente, comunicadas para inclusão no CEIS/CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas), conforme art. 161 da Lei nº 14.133/2021, promovendo a **transparência pública**.
- **Contraditório e Ampla Defesa:** É garantido à CONTRATADA o exercício do contraditório e da ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, em todas as hipóteses de sanção, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 5º, LV, da Constituição Federal. O pagamento de multas não exime do cumprimento das demais obrigações contratuais nem do dever de indenizar.

#### **8.22. Poderá a Prefeitura Municipal de Mata de São João reter o pagamento enquanto perdurarem quaisquer pendências junto à mesma.**

**8.23.** Não será aplicada multa se, comprovadamente, a recusa na entrega do objeto advir de caso fortuito ou fatos supervenientes.

**8.24.** Para fins de aplicação das sanções previstas neste capítulo, será garantido ao licitante o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**8.25.** As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no cadastro da Prefeitura, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, prejuízo das multas previstas neste edital e no Instrumento Contratual e das demais cominações legais.

**8.26.** As sanções mencionadas no presente Edital se aplicam também às Atas de Registros de Preços, conforme art. 51 do Decreto Municipal nº 257 de 25 de maio de 2022, que dispõe sobre o rito de aplicação de penalidades, *in verbis*:

ART. 51. OS PROCEDIMENTOS INSTITUÍDOS POR ESTE DECRETO APLICAM-SE ÀS ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS E CONTRATAÇÃO DELA DECORRENTES, ADAPTANDO-SE A NOMENCLATURA DE RESCISÃO POR EXCLUSÃO DE ATA.

#### **8.27. No caso de a CONTRATADA estar em situação de recuperação judicial, a convalidação em falência ensejará a imediata rescisão deste Instrumento Contratual, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.**

#### **8.28. No caso de a CONTRATADA estar em situação de recuperação extrajudicial, o descumprimento do plano de recuperação ensejará a imediata rescisão deste Instrumento Contratual, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.**

**8.29.** Para o rito de aplicação das penalidades deverá ser observado o Decreto Municipal n. 257 de 25 de maio de 2022 e Decreto Municipal nº. 454/2024 de 05 de julho de 2024.

**8.30.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**8.31** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**8.32.** O atraso injustificado na execução do Instrumento Contratual sujeitará ao contratado a multa de mora.

**8.33.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas conforme lei federal nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO**

**9.1.** No curso da execução deste instrumento, caberá à **CONTRATANTE**, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições contratuais, promovendo a aferição qualitativa e quantitativa dos serviços disponibilizados e efetivamente entregues, sem prejuízo da fiscalização exercida pela **CONTRATADA**.

**9.1.1. Compete ao fiscal do contrato, dentre outras atribuições:**



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)





- a) acompanhar a disponibilização, utilização e condições de funcionamento dos veículos contratados;
- b) verificar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, conforme estabelecido no contrato e neste INSTRUMENTO;
- c) registrar ocorrências relacionadas à execução contratual, inclusive eventuais falhas, atrasos ou irregularidades;
- d) comunicar ao gestor do contrato quaisquer irregularidades ou descumprimentos contratuais, para adoção das medidas administrativas cabíveis;
- e) atestar as notas fiscais ou documentos equivalentes, para fins de pagamento, quando comprovada a regular execução do objeto.

9.1.2. O gestor do contrato será responsável por coordenar as atividades de fiscalização, promover a interlocução com a contratada, acompanhar o desempenho da execução contratual e adotar as providências administrativas necessárias em caso de descumprimento das obrigações pactuadas.

9.1.3. Caso sejam identificadas irregularidades na execução do contrato, o gestor e o fiscal deverão adotar as providências administrativas cabíveis, podendo solicitar esclarecimentos à contratada, determinar a correção de falhas e, quando necessário, instaurar processo administrativo para apuração de responsabilidades e aplicação das sanções previstas na legislação e no contrato.

9.1.4. A fiscalização e gerenciamento do Instrumento Contratual, conforme identificação abaixo:

**FISCAL:**

Vitor Carvalho Araújo  
Coordenador de Fiscalização de Serviços Públicos – Sede

**SUB FISCAL:**

Júlio Vinicius Luz Santos  
Subcoordenador de Planejamento e Gestão

**GESTOR:**

Jecio Moreira da Silva  
Gerente de Planejamento

**SUB GESTOR:**

Thalita Lorraine Pereira Santos  
Assessora de Gabinete

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO**

11.1. Para todas as questões oriundas do presente Instrumento Contratual, será competente o foro da Comarca de Mata de São João, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente instrumento, para um só efeito, após todas as assinaturas, para que produzam todos os efeitos legais e resultantes de direito.

Mata de São João, mês e ano.

**TESTEMUNHAS:**







## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 1746-A99E-1497-DE1B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



THAÍS RODRIGUES SOARES (CPF 029.XXX.XXX-33) em 29/04/2026 11:07:56 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://matadesaojoao.1doc.com.br/verificacao/1746-A99E-1497-DE1B>